

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS
DA INDÚSTRIA (CAMI)
18ª SESSÃO ORDINÁRIA
24-28 OUTUBRO DE 2008
DURBAN, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**AU/MIN/CAMI/3 (XVIII)
ORIGINAL: INGLÊS**

**ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ACELERADO DE ÁFRICA**

Setembro de 2008

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO

ACRÓNIMOS

INTRODUÇÃO

SECÇÃO A:

SECÇÃO B: VISÃO, OBJECTIVO E PRINCÍPIOS

SECÇÃO C: CONTORNOS E PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 1: POLÍTICA INDUSTRIAL E DIRECÇÃO INTITUCIONAL

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 2: MELHORAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO EM ÁFRICA

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 3: PROMOVER INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 4: COMPETÊNCIAS INDUSTRIAIS E TÉCNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 5: SISTEMAS DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENT E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA

PROGRAMA 6.4: UTILIZAR AS REMESSAS AFRICANAS NA INDUSTRIALIZAÇÃO

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 7: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANEXOS

SUMÁRIO EXECUTIVO

“É a Vez de África”

Nenhum país ou região do mundo conseguiu prosperidade ou uma vida socio-económica decente para os seus cidadãos sem o desenvolvimento dum sector industrial robusto.

Como a África emerge como um continente industrializado neste século, os líderes africanos estão decididos a aproveitar novas oportunidades para promover o desenvolvimento industrial como um meio eficaz, socialmente responsável e sustentável para a transformação económica.

Isto é comprovado por uma série de proclamações e declarações nas principais cimeiras e reuniões. A 10ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes Estados e de Governo da União Africana (UA) realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2008, foi dedicada ao tema da Industrialização Africana. A dedicação da Conferência a este tema demonstra a grande prioridade atribuída à indústria como uma força dinâmica para converter produtos em produtos de alto valor acrescentado. O consenso foi que: “É a vez de África”.

Durante esta Conferência, os Chefes de Estado e do Governo tomaram uma decisão importante ao adoptarem o *Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)*. Ao fazê-lo, a Conferência deu instruções à Comissão da União Africana (CUA) no sentido de estabelecer programas operacionais, programas e projectos em estreita colaboração com parceiros chave para ajudar mais na implementação do Plano. Os Chefes de Estado e do Governo também deram instruções à CUA para que convocasse urgentemente uma reunião da Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI) e de parceiros industriais a fim de racionalizar, fixar as prioridades e operacionalizar as actividades enumeradas no Plano de Acção. Assim, a Primeira Reunião de Parceiros Industriais foi realizada no Cairo, Egipto, a 12 de Abril de 2008. Este documento é o resultado de necessidade de deliberar e agir.

“Agora é o Momento”

Apesar dos constrangimentos, muitos países africanos têm tido uma taxa de crescimento sem precedentes em parte relacionado com um “boom de produtos” e em parte devido a uma governação económica sólida. Todavia, tem havido uma resposta industrial ténue a vários anos de estabilidade macroeconómica. Isto é atribuído principalmente a alguns constrangimentos do lado da oferta: a falta de capacidades e aptidões industriais, empreendedorismo e apoio industrial inadequados, problemas de energia e infra-estrutura e limitações na procura devido ao fraco poder de compra da grande maioria da população e fraca procura colectiva do sector público.

Os constrangimentos do lado da oferta têm constituído um problema persistente para o desenvolvimento industrial africano, exigindo ênfase no estabelecimento dum quadro de políticas coerente e propício. Também foi crucial a necessidade de criar competências, estimular a produtividade, promover o investimento, proporcionar infra-estruturas e transportes, melhorar as operações das empresas, transferir tecnologia, reduzir custos de transacção e introduzir normas apropriadas para que os produtos possam competir em mercados internacionais. Os constrangimentos a nível da oferta também existiram e continuam a existir fora do sector industrial: um sector agrícola atrasado tem limitado a produção industrial e a competitividade em muitos países devido ao fornecimento inadequado ou irregular de matérias-primas. Isto, por sua vez, tem limitado o crescimento da indústria baseada em agro-produtos ou em processamento.

Apesar de persistirem problemas graves, como defende o documento, nenhum é intransponível: a economia mundial em constante diversificação e as suas cadeias de valor industrial e o crescimento do dinamismo industrial no Sul criam tantas oportunidades de participação como novos desafios. Mais importante, criam uma necessidade imperiosa de agir decisivamente reforçando as capacidades locais, activando Comunidades Económicas Regionais dinâmicas e cooperando a nível continental.

O Que Pode Ser Feito?

Na sequência da decisão de dar prioridade a Sete Categorias sob os auspícios do “*Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)*”, o documento fornece uma “*Estratégia de Implementação*” no quadro das seguintes Categorias Programáticas:

- Categoria Programática 1: Política industrial e direcção institucional
- Categoria Programática 2: Melhorar as capacidades de produção e comércio
- Categoria Programática 3: Promover infra-estruturas e energia para o desenvolvimento industrial
- Categoria Programática 4: Desenvolvimento de recursos humanos para a indústria
- Categoria Programática 5: Sistemas de inovação industrial, P&D e desenvolvimento de tecnologia
- Categoria Programática 6: Financiamento e mobilização de recursos
- Categoria Programática 7: Desenvolvimento sustentável

Categoria 1: Uma boa governação industrial é uma condição prévia para o sucesso de África. A Estratégia de Implementação do Plano de Acção trata de como criar Quadros de Política Industrial coerentes a nível nacional, regional e continental que sejam bem precisos e sensíveis aos recursos locais.

Categoria 2: Para conseguir uma participação bem sucedida nas cadeias de valor industriais, mundiais, numa economia mundial altamente competitiva, a Estratégia de Implementação aborda como melhorar o desempenho económico, melhorar a qualidade de processos e produtos e as capacidades comerciais.

Categoria 3: Os constrangimentos socio-económicos em África não são insolúveis. A Estratégia de Implementação trata de como criar uma resposta dinâmica às necessidades de infra-estruturas e energia e garantir a sua gestão e manutenção eficientes.

Categoria 4: Os poderes criativos e produtivos das pessoas são uma componente vital para o sucesso dos esforços de África para se industrializar. A Estratégia de Implementação indica como resolver a falta de competências e responder à formação e capacitação de pessoas em áreas chave do crescimento industrial.

Categoria 5: Tecnologia, inovação e capacidade de inovar não são uma opção mas uma “obrigação” na economia mundial. A Estratégia de Implementação mostra como criar sistemas de inovação bem focalizados que geram o know-how necessário para o desenvolvimento industrial.

Categoria 6: A mobilização, disponibilidade e atribuição sensata de recursos financeiros para melhorar a industrialização constituem uma prioridade. A Estratégia de Implementação mostra como

criar uma arquitectura financeira facilitadora, composta por fontes internas e externas, para investir em desenvolvimentos industriais fundamentais.

Categoria 7: A biodiversidade do continente e os ricos recursos naturais são um aspecto chave da resistência a longo prazo do esforço de industrialização. A Estratégia de Implementação aborda como criar um quadro de desenvolvimento sustentável que garanta uma industrialização responsável.

A Estratégia de Implementação identificou um total de 16 Programas e 49 Projectos (ver **Quadro 1: Anexo 1, p 71**) que devem ser aceites para que o Plano de Acção tenha sucesso.

Prioridades Urgentes e sua Sequência

Este Documento divide os projectos a realizar em **imediatos, a médio prazo e a longo prazo**. Esta divisão assenta na sua sequência lógica e na disponibilidade de recursos a mobilizar.

Há 21 projectos imediatos, 17 a médio prazo e 11 a longo prazo. Como se pode ver no Quadro a seguir, alguns dos imediatos devem começar agora, mas só irão amadurecer e favorecer o crescimento a mais longo prazo.

Quadro 1: PRIORIDADES DOS PROJECTOS E SEQUÊNCIA

Legenda: Pr: Programa
P: Projecto

Categorias	Imediato	Médio Prazo	Longo Prazo
1. Política industrial e direcção institucional	1. Desenvolvimento de política industrial e orientações estratégicas específicas do país (Pr 1, P1) 2. Reforçar serviços de apoio institucional para o desenvolvimento industrial (Pr 1, P3) Reforço de capacidades e assistência técnica para gestão da política industrial (Pr 2, P 1) 3. Reforço de capacidades e assistência técnica para recolha e monitorização de dados industriais (Pr 2, P 1)	1. Orientar de novo os Quadros Reguladores Regionais dum ambiente propício para complementaridades industriais (Pr 1, P2).	
2. Melhorar as capacidades de produção e comércio	4. Análise diagnóstico de sectores industriais prioritários (Pr 1, P1) 5. Melhorar as capacidades a nível da oferta e aumentar	2. Estabelecimento e melhoria de instituições de apoio técnico 3. Assistência técnica para satisfazer critérios	

	a competitividade (Pr 1, P2) 6. Desenvolvimento de incubadoras de empresas e negócios (Pr 2, P1)	internacionais e requisitos de regulação técnica (Pr 3, P 1) 4. Quadro Regional para coordenar actividades de qualidade (Pr 3, P 2)	
3. Promover infra-estruturas e energia para o desenvolvimento industrial	7. Desenvolvimento de política favorável, quadros reguladores e identificação de recursos em energias renováveis (Pr 2, P1) 8. 5 Responder à UA em termos de prioridades de infra-estruturas (Pr 1, P1)	6. Financiamento e reforço de capacidades inovadoras para aumentar projectos de energias renováveis (Pr 2, P2) 7. Desenvolvimento sustentável da indústria de bio-combustíveis em África (Pr 3, P 1) 8. Eliminação de barreiras à promoção da eficiência da energia industrial em África (Pr 4, P1)	
4. Desenvolvimento de recursos humanos para a indústria	7. Análise diagnóstico de falta de competências relativas à indústria (Pr 1, P 1) 8. Consertar/ estabelecer instituições para desenvolvimento de indústria e competências (Pr 1, P 2) 9. Desenvolver estratégias de transferência e retenção de competências (Pr 2, P1)	9. Valorizar “competências informais” dos trabalhadores (Pr 1, P 4)	1. Desenvolvimento de competências orientadas para a indústria (Pr 1, Pr 3) 2. Criar ou reforçar Centros de Formação regionais especializados (Pr 2, P2)
5. Sistemas de inovação industrial, P&D e desenvolvimento de tecnologia	10. Criar cadeiras universitárias sobre inovação em universidades africanas (Pr1, P1) 11. Criar Centros Regionais de Difusão e Transferência de Tecnologia (Pr 1, P 2) 12. Criar Incubadoras de Tecnologia (Pr 1, P4) 13. Implementar a Iniciativa Tecnologia e Inovação de África (Pr 2, P1)	10. Criar centros regionais para previsão tecnológica (Pr 1, P3) 11. Promover a cooperação sul-sul para utilizar a biodiversidade e comercializar as conclusões da pesquisa existentes (Pr 1, P 5) 12. Facilitar a aplicação de IDE em capacidade inovadora nacional (Pr 2, Pr 3).	3. Sistemas de incentivos fiscais e não fiscais para P&D adaptada e vias não P&D para a inovação a nível da empresa (Pr 2, P 2)

<p>6. Financiamento e mobilização de recursos</p>	<p>12. Refortalecer as Instituições Financeiras (DFIs e Instituições Regionais) (Pr 1, P 3) 13. Política e ambiente de negócios melhorados para atrair recursos da Diáspora (Pr 4, P 1) 14. Acesso ao crédito e a recursos financeiros privados (Pr 1, P1) 15. Consolidar o Fundo de Desenvolvimento Industrial Africano (Pr 2, P 1) 16. Desenvolvimento de carteiras de projectos de investimento financiáveis (Pr 2, P 3) 17. Desenvolver capacidade interna para monitorizar e facilitar o investimento externo em sub-setores industriais prioritários (Pr 3, P 2)</p>	<p>13. Atrair o Investimento Directo Externo (Pr 3, P 1) 14. Estabelecer rede de fornecedores nacionais de referência e intercâmbios de parceria (SPXs) (Pr 3, P 3) 15. Fundo de Investimento da Diáspora para a Indústria (Pr 4, P 2)</p>	<p>5. Facilitar o reforço dos mercados de capitais regionais e nacionais (Pr 1, P 2) 6. Estabelecimento de Fundos de Riqueza Soberanos Nacionais para a Industrialização (Pr 1, P 4) 7. Consolidar Fundos de Investimento Regionais (Pr 2, P 2) 8. Redes de investidores para facilitar investimentos e comunicação da Diáspora (Pr 4, P 3)</p>
<p>7. Desenvolvimento sustentável</p>	<p>17. Estabelecimento ou reforço duma rede pan-africana de fornecedores de serviços/ centros nacionais de produtos mais limpos (Pr 2, P 1) 16. Integração do desenvolvimento sustentável em Quadros Alargados de Governação (Pr 1, P1) 21. Conservação (eficiência ecológica) e uso sustentável de recursos (Pr 3, P 1)</p>	<p>16. Minimizar a degradação ambiental (stress ambiental) e gestão de resíduos (Pr 3, P 2) 17. Ligação regional em rede para a realização da Agenda CSR contextualizada (Pr 1, P 2)</p>	<p>9. Iniciativas temáticas e sectoriais para reforçar o CREP (Pr 2, P 2) 10. Políticas e finanças para consolidação do CREP (Pr 2, P 3) 11. Cumprimento de critérios e legislação ambientais internacionais (Pr 3, P3)</p>

ACRÓNIMOS

AAC – Academia Africana de Ciências

ACP - África, Caraíbas e Pacífico

ACSF – Fórum de Sustentabilidade Corporativa de África

ACV – Análise do Ciclo de Vida

AFRACO – Cooperação Inter-Africana para Homologação

African 10-YFP – Programa Africano de 10 Anos para Consumo e Produção Sustentáveis

AFRIMETS – Sistema de Meteorologia Inter-Africano

AfrIPANET – Rede da Agência Africana de Promoção do Investimento

AfT – Ajuda para Comércio

AGOA – Lei para o Crescimento e a Oportunidade de África

AICC – Instituto Africano de Cidadania Corporativa

AIDA – Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África

AIO – Observatório Industrial Africano

AIR – Relatório Industrial Africano

AMCEN – Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente

AMCOST – Conferência dos Ministros da UA sobre Ciência e Tecnologia

AMN – Rede de Exploração de Minas de África

AMP – Parceria de Exploração de Minas de África

AMSEN – Rede de Ciência e Engenharia de Materiais Africanos

ANSTI – Rede Africana de Instituições Científicas e Tecnológicas

APCI – Iniciativa Africana de Capacidade Produtiva

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

APEs – Acordos de Parceria Económica

ARFTECREG – Comité Africano de Cooperação em Regulamentos Técnicos

ARSCP – Mesa Redonda Africana sobre Consumo e Produção Sustentáveis

ARSO – Organização Africana para a Uniformização

ASTF – Fundação Árabe de Ciência e Tecnologia

ATII – Iniciativa Inovação e Tecnologia de África

BITs – Acordos Bilaterais de Investimento

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BEI – Banco Europeu de Investimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China

CAAST-NET – Rede para a Coordenação e o Avanço da Cooperação África Subsariana –UE em Ciência e Tecnologia

CAMI – Conferência dos Ministros Africanos da Indústria

CASM – Comunidades e Exploração de Minas em Pequena Escala

CDM – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

CEA – Comissão Económica para África

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEMA – Europa Central, Médio Oriente e África

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

CER – Comunidade Económica Regional

CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

COEs – Centros de Excelência

COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral

CP – Produção Mais Limpa

CREP – Programa de Melhoria da Conservação de Recursos

CSR – Responsabilidade Social Corporativa

CUA – Comissão da União Africana

D-MADE – Mercado de Desenvolvimento para a Diáspora African na Europa

DAC – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

DBSA – Banco de Desenvolvimento da África Austral

DFIs – Instituições Financeiras de Desenvolvimento

DNAs – Autoridades Nacionais Designadas

EAC – Comunidade Este-Africana

EBA – Tudo Excepto Armas

ECCAS / SEMAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central

EDB – Conselho de Desenvolvimento Económico

EDIP – Desenvolvimento de Empresas e Promoção do Investimento

EFW – Liberdade Económica no Mundo

EIF – Quadro Integrado Melhorado

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças

GI – Indicações Geográficas

GRA – Aliança Mundial de Investigação

GSP – Sistema Generalizado de Preferências

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica)

HACCP – Análise de Perigo e Controlo de Pontos Críticos

HEIs – Instituições de Ensino Superior

HOS – Chefes de Estado

HRD – Desenvolvimento de Recursos Humanos

IAF – Fórum Internacional de Acreditação

ICSU ROA – Escritório Regional para África do Conselho Internacional para a Ciência

IDC – Industrial Development Corporation

IDE – Investimento Directo Externo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IF – Quadro Integrado

IIED – Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento

ILAC – Cooperação Internacional para Acreditação de Laboratórios

IPAs – Agências para a Promoção do Investimento

IPCC – Painel Internacional sobre Alterações Climáticas

IPR – Análise da Política de Investimento

IPRs – Direitos de Propriedade Intelectual

ISO – Organização Internacional para Padronização

ITPOs – Escritórios de Promoção do Investimento e da Tecnologia

JPOI – Plano de Acção de Joanesburgo

MFA – Acordo Multifibras

MFIs – Instituições de Microfinanciamento

MIGA - Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos

MVA – Valor Acrescentado Manufacturado

NAPAs – Programas de Acção Nacionais de Adaptação

NBG – Grupo de Negócios da NEPAD

NBFCs – Companhias Financeiras Não Bancárias

NCPCs – Centros Nacionais de Produção Mais Limpa

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
NICs – Novos Países Industrializados
NRM – Gestão de Recursos Naturais
NU – Nações Unidas
NUSESA – Rede de Utilizadores de Equipamento Científico na África Oriental e Austral
ODMs – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PCT – Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PMAs – Países Menos Avançados
PMEs – Pequenas e Médias Empresas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Parcerias Públicas-Privadas
PSD – Desenvolvimento do Sector Privado
PTA Bank – Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral
RDC – República Democrática do Congo
REACH – Cumprimento de Critérios e Legislação Ambientais Externos
RNB – Rendimento Nacional Bruto
RPL – Reconhecimento de Aprendizagem Anterior
RSA – República da África do Sul
RTTDCs – Centros Regionais de Difusão e Transferência de Tecnologia
SABINA – Informática e Bioquímica para Produtos Naturais da África Austral
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SANE – África do Sul, Argélia, Nigéria e Egipto
SC – Consumo Sustentável
SCP – Consumo e Produção Sustentáveis
SI- Indústria Ligeira

SICC – Centros de Cooperação Industrial Sul
SIG – Grupo Iniciativa Ciência
SP – Produção Sustentável
SPV – Veículo para Fins Especiais
SPX – Intercâmbio de Parcerias e Subcontratação
SQAM – Normas, Garantias de Qualidade e Metrologia
SQMT- Teste de Normas, Qualidade e Metrologia
TBs – Barreiras ao Comércio
TBTs – Barreiras Técnicas ao Comércio
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
TICAD IV – Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano
TIS – Estratégias de Integração do Comércio
TNCs – Corporações Transnacionais
TRIPS – Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio
UA – União Africana
UE – União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária Oeste-Africana
UNDESA – Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
UNECA – Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD – Dólares Americanos
VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
WAIPA – Associação Mundial de Agências de Promoção do Investimento
WAITRO – Associação Mundial de Organizações de Investigação Industrial e Tecnológica
WAPP – Projecto de Desenvolvimento do Mercado de Energia Oeste-Africano
WIO-RISE – Iniciativa Regional do Oceano Índico Ocidental em Ciência e Educação Marinha
WRI – Instituto Mundial de Recursos
WSSD – Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável
ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação

INTRODUÇÃO

Como a África emerge como um continente industrializado neste século, os líderes africanos estão decididos a aproveitar novas oportunidades para promover o desenvolvimento industrial como um meio eficaz, socialmente responsável e sustentável para a transformação económica.

Isto é comprovado por uma série de proclamações e declarações nas principais cimeiras e reuniões. A 10ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes Estados e de Governo da União Africana (UA) realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2008, foi dedicada ao tema da Industrialização Africana. A dedicação da Conferência a este tema demonstra a grande prioridade atribuída à indústria como uma força dinâmica para converter produtos em produtos de alto valor acrescentado. O consenso foi que: “É a vez de África”.

Durante esta Conferência, os Chefes de Estado e do Governo tomaram uma decisão importante ao adoptarem o *Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)*. Ao fazê-lo, a Conferência deu instruções à Comissão da União Africana (CUA) no sentido de estabelecer programas operacionais, programas e projectos em estreita colaboração com parceiros chave para ajudar mais na implementação do Plano. Os Chefes de Estado e do Governo também deram instruções à CUA para que convocasse urgentemente uma reunião da Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI) e de parceiros industriais a fim de racionalizar, fixar as prioridades e operacionalizar as actividades enumeradas no Plano de Acção. Assim, a Primeira Reunião de Parceiros Industriais foi realizada no Cairo, Egipto, a 12 de Abril de 2008. Este documento é o resultado de necessidade de deliberar e agir.

Os parceiros chave que estiveram presentes na reunião foram: membros do Bureau da CAMI, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), UA, CUA, Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Banco Europeu de Investimento (BEI), Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e Banco Mundial (BM).

A reunião chegou a um consenso sobre a estrutura da implementação do Plano de Acção segundo as seguintes Categorias Programáticas:

- Categoria Programática 1: Política industrial e direcção institucional
- Categoria Programática 2: Melhorar as capacidades de produção e comércio
- Categoria Programática 3: Promover infra-estruturas e energia para o desenvolvimento industrial
- Categoria Programática 4: Desenvolvimento de recursos humanos para a indústria
- Categoria Programática 5: Sistemas de inovação industrial, P&D e desenvolvimento de tecnologia
- Categoria Programática 6: Financiamento e mobilização de recursos
- Categoria Programática 7: Desenvolvimento sustentável

Este documento descreve a Estratégia de Implementação para o Plano de Acção e incide na tradução das sete categorias supracitadas em programas, projectos e actividades concretos, orientados para a acção, que possam promover o crescimento industrial e a mudança estrutural em África e fortalecer a integração industrial a nível regional, em todo o continente e na economia internacional.

O documento está organizado como se segue. A secção Antecedentes fornece o contexto geral para a industrialização de África em termos de desafios e oportunidades, compromissos e negociações mundiais, melhor governação bem como objectivos e princípios para identificar e desenvolver categorias programáticas, projectos e actividades. Um plano detalhado de implementação dos sete conteúdos programáticos com projectos e actividades é apresentado em Categorias/ Capítulos 1-7.

ANTECEDENTES

SECÇÃO A:

A.1 Desafios e oportunidades do desenvolvimento industrial de África

Muitos países africanos conseguiram elevadas taxas de crescimento económico e industrial nos últimos anos, sobretudo devido a um grande aumento em produtos primários. A África exige taxas de crescimento muito mais elevadas do que as conseguidas nos últimos anos para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMS) até 2015. O principal desafio para os países africanos hoje é tirar a maior parte da sua população da pobreza através do desenvolvimento industrial. Para manter o crescimento assim conseguido, são necessárias mais capacidades produtivas a fim de converter a vantagem comparativa de África em termos de recursos numa vantagem competitiva e espalhar os benefícios do crescimento mais amplamente através de laços mais específicos entre sectores da actividade produtiva.

Ao decidir dar atenção ao tema do desenvolvimento industrial, a UA tem em conta o facto do continente ser a região industrial menos desenvolvida do mundo, com apenas alguns países na África Subsariana a conseguirem desenvolver um sector industrial significativo e dinâmico acima de 20% do produto interno bruto (PIB). A mudança estrutural tem sido lenta, uma vez que a indústria tem crescido a um ritmo mais lento que o PIB na maioria dos países. Contudo, mais países africanos do que nunca têm avançado na senda do desenvolvimento industrial e o crescimento industrial tem acelerado e até ultrapassado o crescimento do PIB. A fatia do valor acrescentado manufacturado (MVA) no PIB na África Subsariana aumentou ligeiramente de 13.7% em 2000 para 14.3% em 2006¹.

Para avançar rumo à prosperidade, a África deveria aproveitar as novas oportunidades oferecidas pela globalização da produção industrial. A experiência dos Novos Países Industrializados (NICs), em especial na Ásia, fornece amplas provas da forte ligação entre industrialização, crescimento económico e prosperidade. São os países em industrialização rápida, em especial no Leste Asiático, que estão a beneficiar dos frutos da globalização e a fazer progressos na realização dos ODMs. Apesar de vastos recursos naturais, a África ainda não tirou potenciais benefícios do desenvolvimento com base em recursos, em particular baseado em minérios.

É a indústria, juntamente com os respectivos serviços, que conduz a expansão das economias, encabeça o crescimento económico, proporciona um espaço que favorece o empreendedorismo, cria dinamismo tecnológico, promove a produtividade, gera emprego e contribui para a produtividade e produção agrícola bem como para o valor acrescentado dos recursos agrícolas existentes.

A.2 Ultrapassar Constrangimentos:

Durante cerca de uma década, a maioria dos países africanos realizou progressos significativos no desenvolvimento de políticas macroeconómicas sólidas. Os países não só tiveram vários anos consecutivos de crescimento económico relativamente elevado, mas também beneficiaram dum melhor quadro de políticas. Contudo, a resposta microeconómica à estabilidade macroeconómica continua reduzida. Apesar destas realizações, a qualidade e a amplitude do crescimento e da sua estabilidade económica, social e ambiental são motivo de preocupação para muito governos africanos.

¹ Neste documento o termo “indústria” refere-se ao sector industrial a não ser que seja indicado o contrário. Números da Base de Dados da ONUDI para Industrialização Mundial, 2006.

A tarefa de ligar sucessos macroeconómicos ao aumento da eficiência microeconómica é, sem dúvida, um desafio formidável.

A.2.1 Constrangimentos ao desenvolvimento industrial a nível da oferta

A resposta limitada da oferta industrial a vários anos de estabilidade macroeconómica é em grande parte atribuída a constrangimentos a nível da oferta: a falta de capacidades e competências industriais necessárias, apoio empresarial e institucional inadequado, problemas com energia e infra-estruturas e constrangimentos e nível da procura devido ao fraco poder de compra da grande maioria da população e à fraca procura colectiva do sector público.

Os constrangimentos do lado da oferta têm constituído um problema persistente para o desenvolvimento industrial africano exigindo ênfase no estabelecimento dum quadro de políticas coerente e propício. Também é crucial a necessidade de criar competências, estimular a produtividade, promover o investimento, proporcionar infra-estruturas e transportes, melhorar as operações das empresas, transferir tecnologia, reduzir custos de transacção e introduzir normas apropriadas para que os produtos possam competir em mercados internacionais. Os constrangimentos a nível da oferta também existiram e continuam a existir fora do sector industrial: um sector agrícola atrasado tem limitado a produção industrial e a competitividade em muitos países devido ao fornecimento inadequado ou irregular de matérias-primas. Isto, por sua vez, tem limitado o crescimento da indústria baseada em agro-productos ou em processamento.

Contudo, existem oportunidades significativas de vencer tais constrangimentos. A velocidade acelerada da integração económica mundial e a mudança estrutural oferecem oportunidades para os países africanos diversificarem as suas economias e crescerem e integrarem-se mais intensivamente em actividades económicas regionais, continentais e internacionais. O continente podia aproveitar novas oportunidades na produção, no comércio e investimento mundiais e também beneficiar de melhor acesso ao conhecimento, a tecnologias modernas e novos mercados. Isto exige estratégias industriais mais eficazes, políticas e instituições mais bem sintonizadas. Os países africanos estão a enfrentar desafios mais complexos e opções estratégicas mais decisivas em busca do seu desenvolvimento económico e industrial devido às extensas mudanças em curso na economia industrial mundial. Nova potências industriais, como a China, a Índia, o Brasil e outros, embora provavelmente tornem mais difícil para os atrasados conseguir recuperar o tempo perdido e competir no mercado global, podem ser vistos como importantes parceiros sul-sul.

Há, sem dúvida, espaço para os recém-chegados industriais, uma vez que surgem oportunidades industriais no contexto de maiores salários em economias emergentes e maiores mudanças geográficas na produção. As mudanças em curso na paisagem mundial e a mudança de produtos para tarefas na cadeia de valor, como componente e montagem, também parecem ser um bom augúrio para os esforços de industrialização. Espera-se que os países em desenvolvimento sejam os principais condutores da aceleração do crescimento económico mundial, com a sua quota no produto global a passar de cerca de um quinto, hoje, para cerca de um terço em 2030, ao mesmo tempo que o seu poder de compra passa para mais de metade². A crescente globalização dos mercados de trabalho reflecte-se no crescimento rápido das remessas, que se cifravam em \$9 mil milhões para a África Subsariana em 2005, passando para \$11 mil milhões em 2007³. A Diáspora africana pode ser cada vez mais uma força chave para apoiar o desenvolvimento industrial africano, baseado não só nas

² Banco Mundial (2008) Banco Mundial (2007a), *Perspectivas Económicas Mundiais, Gerir a Próxima Onda de Globalização*, Washington DC.

³ ONUDI, *Indústria, comércio e redução da pobreza através da cooperação sul-sul*, Viena 2006.

remessas mas também devido ao seu know-how cosmopolita, científico, conhecimento tácito e experiência.

Há um âmbito real para uma maior participação de firmas africanas na cadeia de valor mundial, por exemplo através do aumento do Investimento Directo Externo (IDE) nos recursos naturais de África contra a participação nas fases iniciais da cadeia de valor de processamento de recursos baseada em acordos comerciais preferenciais. Podem fazê-lo, por exemplo, respondendo aos mercados da China e da Índia em crescimento rápido e a outras economias emergentes do Sul. Existem também oportunidades de promover a indústria, o comércio e a redução da pobreza através da cooperação sul-sul⁴, utilizando a força económica do Sul – finanças, tecnologia e mercados – para acelerar a industrialização africana.

Além disso, há bastante espaço para o aumento de meios de vida sustentáveis com ênfase no reforço das capacidades humanas e tecnológicas e esforços de auto-ajuda de base comunitária. A cooperação sul-sul pode desempenhar um papel importante na aceleração do desenvolvimento industrial e proporcionar oportunidades de comercialização de produtos africanos na cadeia de valor do sul. Isto requer que os produtos certos da qualidade certa possam ser produzidos e que os acordos de comércio preferencial necessários possam ser negociados com sucesso, associados à redução dos actuais níveis elevados de tarifas no sul.

A.2.2 Acelerar a integração industrial regional em África incidindo em infra-estrutura, energia e mercados

Acima de tudo, há bons argumentos para uma forte integração industrial regional africana como um elemento para o sucesso. A integração da política industrial e o reforço de instituições regionais seriam essenciais. É fundamental a utilização de recursos nacionais e externos, em especial para o desenvolvimento de infra-estruturas – estradas, aeroportos, portos e TICs – eficazes para ligar toda a região. Os investimentos da Diáspora Africana, Fundos de Riqueza Soberana, IDE e mercado de capitais africano emergente podiam ser canalizados para projectos de investimento regional na indústria. Conjuntamente com novas atitudes com relação à integração regional, isto podia levar a maior cooperação industrial entre empresários industriais africanos. Permitiria à indústria africana beneficiar de economias de escala bem como a especialização e agrupamento da indústria em locais sub-regionais adequados em África. A produção eficiente exigiria a disponibilidade da infra-estrutura física necessária, um quadro de políticas coerente e estados industriais. Na próxima 12ª Cimeira da UA sobre Infra-estruturas em Janeiro de 2009, a UA, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados podem e devem desempenhar um papel catalizador na criação de pré-condições e condições para o sucesso.

A.2.3 Implicações dos compromissos mundiais para negociações sobre o desenvolvimento industrial acelerado em África

Há, além disso, uma abundância de compromissos internacionais que não são cumpridos enquanto outros estão sujeitos a negociação: além da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), envolveriam os acordos África, Caraíbas e Pacífico (ACP), compromissos pela China sobre infra-estrutura de amizade e, mais importante ainda, compromissos relativos ao G8 de relevância para África, de Gleneagles em 2005 para Saint Petersburg em 2006, Heiligendamm em 2007 e Hokkaido Toyako em

⁴ ONUDI, *Indústria, comércio e redução da pobreza através da cooperação sul-sul*, Viena 2006.

2008. Se estes compromissos tivessem sido implementados de forma mais vigorosa, a capacidade de avançar para modelos mais reconhecidos de crescimento teria sido melhorada.

Haverá necessidade de combinar melhor as necessidades fundamentais de África com a assistência dos doadores, em particular no que concerne os ingredientes essenciais para o desenvolvimento industrial: i) melhorar a capacidade da oferta de aproveitar novas oportunidades industriais, especialmente através do reforço da capacidade comercial, melhorando a infra-estrutura e reforçando o fornecimento de energia para o desenvolvimento industrial; ii) reforçar as competências e capacidades necessárias em termos de competências humanas exigidas pela indústria; iii) melhorar a capacidade da indústria de descobrir novas fontes de crescimento industrial para cumprir os ODMs; iv) estabelecer as condições prévias necessárias para as empresas africanas entrarem na cadeia de valor mundial; v) realizar as análises económicas necessárias sobre questões industriais como base para discussão informada e negociação de questões industriais chave; vi) ligar a APD ao reforço da capacidade comercial e estabelecer pontos de referência para que a ODA seja utilizada eficazmente para aumentar a eficiência microeconómica; e vii) reforçar a posição negocial de UA com base na força colectiva ao tratar da ajuda para questões comerciais, com o objectivo de melhorar a resposta da oferta industrial a novas oportunidades industriais. O reforço da capacidade de negociação da UA nas áreas supracitadas é fundamental para acelerar o desenvolvimento industrial africano.

A.3 Nova confiança resultante de melhor governação

O ambiente político melhorou em muitos países africanos nos últimos anos. Governação prudente, melhores ambientes de políticas, melhor gestão macroeconómica e menos conflitos em muitos países contribuíram para maior crescimento económico e maior estabilidade económica e segurança, apesar de ainda existirem problemas graves em alguns países. A acertada governação económica e política é uma condição necessária, mas não suficiente, para o sucesso industrial.

O Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África é um resultado dessa melhor governação e cooperação e implica um reforço futuro das actividades da Comissão da UA e dos seus parceiros.

O Documento da Visão da UA sobre o Desenvolvimento Industrial Africano, os roteiros acordados em reuniões de peritos realizadas nas comunidades económicas regionais (CERs), os programas de aperfeiçoamento e modernização que foram elaborados pela Comunidade Económica para os Estados da África Ocidental (CEDEAO), COMESA, SADC, Comunidade Económica para a África Central (ECCAS/SEMAC) e a iniciativa apoiada pela ONUDI “Iniciativa Capacidade Produtiva Africana” (APCI) aprovadas pela Conferência de Chefes de Estado da UA em Julho de 2004 como componente industrial da NEPAD, fazem parte dum compromisso de sucesso do continente e de definir uma visão clara, objectivos bem direccionados e princípios exactos para o reforço do desenvolvimento industrial.

SECÇÃO B: VISÃO, OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS

B.1 Visão e objectivos

(i) De acordo com a Visão da UA, esta *Estratégia de Implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África* (AIDA) pretende promover o crescimento económico sustentável, a criação de riqueza e a integração mundial, utilizando a indústria como uma força dinâmica. Mais concretamente a *visão* é:

- Promover a diversificação económica através de actividades industriais de valor acrescentado;
- Criar um ambiente propício e um quadro institucional que promovam um desenvolvimento industrial sensível ao sector privado, cooperação económica regional e competitividade regional;
- e
- Melhorar a capacidade a nível da oferta e da procura para a produção industrial e o comércio

(ii) Os *objectivos* específicos para programas e projectos descritos neste Plano de Acção baseiam-se nas seguintes considerações:

- (a) Criar capacidade e competências produtivas para converter a vantagem comparativa em competitividade industrial.
- (b) Promover acções que facilitem a exportação de produtos de valor acrescentado através da conversão de mercadorias em produtos.
- (c) Melhorar os laços comerciais e a penetração do mercado para alargar o alcance do mercado para os produtos.
- (d) Promover cadeias de valor pensando globalmente e agindo localmente para a criação de emprego e a redução da pobreza.
- (e) Desenvolver pequenas e médias empresas (PMEs) e as suas ligações a grandes empresas para aproveitar oportunidades de expansão industrial.
- (f) Promulgação de padronização, acreditação, qualidade e metrologia para uma integração efectiva no mercado mundial.
- (g) Promover parcerias públicas-privadas (PPPs) para o desenvolvimento industrial.
- (h) Eliminar obstáculos burocráticos e administrativos ao comércio e ao investimento.

B.2 Princípios e critérios

As categorias programáticas propostas serão elaboradas, implementadas e guiadas pelos seguintes *princípios*:

- (a) Desenvolver indicadores quantificáveis, específicos para categorias programáticas com prazo e marcos bem definidos.

- (b) Acrescentar novo valor aos programas regionais, sub-regionais e nacionais existentes.
- (c) Estabelecer disposições institucionais claras e grupos alvo para implementação com clareza quanto a quem pertence, lidera e implementa.
- (d) Assegurar ampla participação e apropriação por líderes, gestores e empresários africanos.
- (e) Reforçar a implementação do programa e manter a flexibilidade para alterar os programas quando mudarem as condições e necessidades regionais.
- (f) Implementar programas em estreita colaboração com as comunidades económicas regionais (CERs) e outros parceiros.
- (g) Efectuar uma avaliação realista da situação em termos de recursos.
- (h) Promover um papel de liderança para o sector privado.
- (i) Examinar cuidadosamente as melhores práticas e as iniciativas actuais a serem implementadas nas categorias propostas a nível local, regional e internacional.
- (j) Assentar actividades e projectos no quadro de cada categoria programática, numa abordagem de cadeia de valor e sectorial.
- (k) Influenciar o investimento do sector privado como forma de maximizar a mobilização de recursos, promovendo custos do sector público-privado, partilhando disposições quando possível.
- (l) Considerar incentivos para atrair fontes inovadoras de financiamento e mobilização de recursos por ex: considerando fontes de investimento da Diáspora e Fundos de Riqueza Soberana.
- (m) Estabelecer mecanismos apropriados de monitorização, comunicação e avaliação.

SECÇÃO C: CONTORNOS E PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Os seguintes Programas, Projectos, Categorias e Actividades têm como objectivo apresentar um Plano de Acção que capte plenamente a Visão, a Missão e os Princípios descritos e dê o primeiro passo para o renascimento económico continental.

- (a) Notando que a governação industrial sólida é uma pré-condição para o sucesso de África, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção trata de como criar Quadros de Política Industrial coerentes a nível nacional, regional e continental que sejam bem precisos e sensíveis aos recursos locais.
- (b) Notando a necessidade de participação bem sucedida nas cadeias de valor industriais mundiais numa economia mundial altamente competitiva, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção aborda como melhorar o desempenho económico, melhorar a qualidade de processos e produtos e as capacidades comerciais em toda a parte.
- (c) Notando que os constrangimentos socio-económicos em África não são insolúveis, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção trata de como criar uma resposta dinâmica às necessidades de infra-estruturas e energia alternativa e garantir a sua gestão e manutenção eficientes.
- (d) Notando que os poderes criativos e produtivos das pessoas são uma componente vital para o sucesso dos esforços de África para se industrializar, a Estratégia de

Implementação do Plano de Acção indica como resolver a falta de competências e responder à formação e capacitação de pessoas em áreas chave do crescimento industrial.

- (e) Notando que a tecnologia, inovação e capacidade de inovar não são uma opção mas uma “obrigação” na economia mundial, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção mostra como criar sistemas de inovação bem focalizados, que geram o know-how necessário para o desenvolvimento industrial.
- (f) Notando que a mobilização, disponibilidade e atribuição sensata de recursos financeiros para melhorar a industrialização constituem uma prioridade, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção mostra como criar uma arquitectura financeira facilitadora, composta por fontes internas e externas, para investir em desenvolvimentos industriais fundamentais.
- (g) Notando que a biodiversidade do continente e os ricos recursos naturais são um aspecto chave da resistência a longo prazo do esforço de industrialização, a Estratégia de Implementação do Plano de Acção aborda como criar um quadro de desenvolvimento sustentável que garanta uma industrialização responsável.

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 1: POLÍTICA INDUSTRIAL E DIRECÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA 1.1: POLÍTICA INDUSTRIAL E QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO

1.1.1 Descrição

A política industrial está a ser revista e o papel do estado que promove o desenvolvimento, realçado. Até aos anos 70, os estados encontravam-se no centro da vida económica nas sociedades em desenvolvimento: possuíam bens industriais, intervinham na economia, dirigiam o desenvolvimento, planeavam alvos e lidavam com as pressões competitivas para ganhos em eficiência. A política industrial era um prolongamento das prioridades políticas. A liberalização, desregulação e a propriedade privada adquiriram importância nos anos 80 e mudaram o desenvolvimento de preservação de políticas para mecanismos de mercado a fim de aumentar a competitividade e o crescimento económico. A convicção generalizada na atonicidade das forças do mercado está a diluir-se e o papel da política industrial e da direcção institucional está a ser cada vez mais reconhecido por decisores políticos e parceiros industriais.

Neste contexto, o estado reemergiu como um facilitador de fontes dinâmicas de crescimento, através de instrumentos de políticas e intervenções apropriadas, para corrigir as falhas do mercado e complementar os sucessos do mercado.

Ao rever a política industrial, os governos estão continuamente a recorrer a lições aprendidas com colegas bem sucedidos, localidades industriais dinâmicas, fontes adequadas e novas de crescimento e o seu impacto nas pessoas em termos de emprego, competências, salários e ambiente num mundo cada vez mais globalizado. Os golpes de sorte dos elevados preços das mercadorias e o crescimento causado pelo aumento rápido de mercadorias não conseguiram, até então, tirar milhões da pobreza.

Em cooperação com outros parceiros, a UA procura desenvolver um quadro de implementação da política industrial que resolva os desafios da utilização do desenvolvimento industrial como uma força dinâmica para realizar a transformação socio-económica do continente. Uma governação industrial sólida é uma condição prévia para o sucesso de África e os programas a seguir abordam como criar Quadros de Política Industrial coerentes a nível nacional, regional e continental que sejam bem direccionados e sensíveis aos recursos locais.

1.1.2 Objectivos do Programa

Este Programa tem como objectivo o reforço da elaboração de políticas industriais em África e a implementação do desenvolvimento industrial sustentável com uma *face humana*. Incide em:

(a) Reforço da elaboração de políticas industriais e da capacidade de implementação em instituições que estão relacionadas com o desenvolvimento industrial, para que tenham uma orientação clara e efectiva;

- (b) Orientar de novo os quadros regulador e jurídico para a criação dum ambiente propício para actividades produtivas;
- (c) Reforçar os serviços de apoio institucional para o desenvolvimento industrial; e
- (d) Estabelecer um quadro de políticas para reforçar as complementaridades industriais regionais.

1.1.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os objectivos acima serão realizados através do desenvolvimento e da implementação de projectos específicos. O grupo de projectos a serem implementados neste contexto incluirá o seguinte:

Projecto 1: Desenvolvimento de Política Industrial Específica do País e Orientações Estratégicas

O âmbito do quadro de política industrial terá que abranger uma série de parâmetros políticos pertinentes para um ambiente económico e de negócios em evolução e propício. Embora política industrial seja um termo genérico para abranger todas as instituições implicadas no desenvolvimento industrial num país ou numa região, aqui incidiremos sobretudo em instituições que melhoram as capacidades a nível da oferta. Essa política debruçar-se-ia principalmente sobre aspectos específicos como a priorização da cadeia de valor do subsector e a canalização da ajuda, com realce para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PMEs) que geram emprego e acrescentam valor em contextos específicos do país.

Vencer o desafio do crescimento industrial sustentado com repercussões socio-económicas positivas exigirá que as instituições do governo empreguem um quadro de políticas holístico e apropriado e orientação estratégica.

Este projecto será desenvolvido de modo a facilitar uma perspectiva de desenvolvimento da cadeia de valor, promoção do valor acrescentado e repercussão no aumento da produtividade e directivas claras para exportar de forma competitiva num ambiente internacional. O quadro de políticas será monitorizado por instituições nacionais em rede a fim de reverem e solucionarem bloqueios durante a implementação. As seguintes actividades serão realizadas para implementar o projecto proposto:

1. Estudos iniciais detalhados para definir parâmetros essenciais das políticas e dar orientação institucional para uma sensibilização forte.
2. Estudos para analisar políticas industriais específicas dum produto, visando revelar formas viáveis de repetir as melhores práticas no processamento, planeamento e marketing;
3. Preparação dos principais contornos e princípios de respostas de políticas específicas do sector e do produto a novos desafios; e
4. Identificação dos principais motores institucionais para o seu sucesso.

Projecto 2: Orientar de Novo os Quadros Reguladores Regionais dum Ambiente Regulador para Complementaridades Industriais

A lógica para harmonizar as normas entre os países baseia-se em vários argumentos. A racionalização de políticas reguladoras permitiria aos países africanos unir recursos, partilhar despesas fixas e ultrapassar constrangimentos em termos de capacidades.

A harmonização de quadros e mecanismos de apoio institucional tornará mais credível o compromisso de cada país com relação a políticas reguladoras estáveis. Também, a credibilidade desta cooperação irá estimular um maior fluxo de investimento. Além disso, através da legitimidade de códigos regionais de “melhores práticas” evitará o custo da “corrida até ao fundo”. O processo de integração económica regional no quadro de normas codificadas regionalmente assegurará melhor governação e a realização dos objectivos globais de reforço do comércio intra-regional de bens e serviços e reforçará as complementaridades industriais regionais.

As áreas fundamentais que devem ser visadas são: integração do sector financeiro, regulação de infra-estruturas, regras do mercado de produtos, política de concorrência e regulamentos burocráticos prejudiciais ao ambiente de negócios, a fim de se reduzir tanto os custos de produção como os custos de fazer negócios.

As actividades específicas envolvidas neste projecto implicarão:

1. Harmonização do quadro regulador e jurídico e das normas que facilitam as complementaridades do desenvolvimento industrial em termos de vantagens baseadas nos recursos e complementaridades em termos de conhecimentos, competências, informação, tecnologia e ligação em rede.
2. Introduzir por etapas os parâmetros legais e reguladores (em particular políticas de entrada e concorrência) que facilitem o desenvolvimento da cadeia de valor através das fronteiras em sectores e produtos específicos.
3. Reforço de capacidades de instituições reguladoras nacionais por meio de formação e assistência técnica.
4. Uma abordagem regional bem definida tendo como alvo fluxos de IDE através da cooperação de Agências de Promoção do Investimento e melhorar o seu impacto no reforço das capacidades nacionais.
5. Implementar esquemas de parceria pública-privada apropriados a fim de desenvolver infra-estruturas sustentáveis básicas e especializadas/ empresas de apoio e instituições num contexto regional.
6. Iniciativas regionais para facilitar garantias de empréstimo por bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais merecedores de crédito, para financiar grandes projectos de infra-estrutura pública-privada no quadro de normas codificadas regionalmente.

Projecto 3: Reforçar Serviços de Apoio Institucional para o Desenvolvimento Industrial

A maior parte da África adoptou medidas de estabilização macroeconómica, reforma e ajustamento estrutural em graus variados. Todavia, a resposta da oferta industrial aos impulsos de crescimento resultantes da estabilidade macroeconómica continua fraca num grande número de países africanos. O quadro no qual a competitividade pode ser desenvolvida exige evolução e/ou reforço de instituições de apoio. A experiência de regiões dinâmicas através dos países demonstra que factores externos às empresas, ou seja, sistemas de apoio institucional intermédio, desempenham um papel importante na melhoria do desempenho das empresas.

O projecto orientará o sistema de apoio institucional para ligações apropriadas entre empresas, reforço de capacidades e também catalizará a implementação de políticas e esquemas. Podiam, com efeito, servir de ramos de implementação da política do governo no terreno. As actividades específicas previstas no quadro deste projecto incluirão:

1. Iniciar o diálogo público-privado de modo a assegurar ligações eficientes entre instituições e indústria.
2. Serão desenvolvidos esquemas apropriados para ajudar o sector privado a criar muitas instituições necessárias (por ex: laboratórios de análise e certificação, instalações modernas) num modo de parceria pública-privada.
3. Será desenvolvido um quadro de facilitadores representando instituições que implementam políticas e que desempenharão o papel de catalizadores, garantindo um quadro interactivo eficaz entre instituições e firmas através de interfaces e ligações.

1.1.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá o *Comité de Pilotagem do Programa* coordenado pela UA e CERs a fim de coordenar e monitorizar os projectos do programa. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias CERs fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por sector privado e instituições de apoio, supervisionará a implementação a nível nacional.

PROGRAMA 1.2: SISTEMAS INFORMÁTICOS E BASES DE DADOS PARA A GESTÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL

1.2.1 Descrição

Embora possam ser desenvolvidos instrumentos de políticas apropriados para tratar e corrigir os constrangimentos de África, o sucesso da política depende sobretudo duma *governança industrial* eficaz. Isto, por seu lado, implica melhorar as capacidades e competências dos funcionários públicos e parceiros industriais na conceitualização, formulação, implementação, monitorização e auditoria de instrumentos de política industrial, que têm um impacto indelével no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza.

Criar uma base de dados industrial válida, autêntica e de confiança é um pré-requisito para analisar as tendências e defender as respostas necessárias em termos de políticas. Apesar de muitas instituições públicas e privadas em países africanos estarem envolvidas na recolha e monitorização de dados industriais, as metodologias de recolha de dados não estão em harmonia umas com as outras e não podem desenvolver uma base de dados apropriada para a elaboração de políticas regionais integradas e intervenções. Os constrangimentos na área da recolha de estatísticas industriais são agravados pelo facto de um grande segmento de firmas no ambiente industrial africano se encontrarem no sector informal.

1.2.2 Objectivos do Programa

O continente, em geral, requer um grande grupo de executores de políticas, bem formados, para serem capazes de assegurar que os planos de industrialização de cada país são bem concebidos, adaptados às necessidades específicas do país e implementados eficazmente. Para este fim os objectivos do programa pretendem:

- (a) Melhorar as capacidades de adaptação e competências dos funcionários públicos e parceiros industriais de modo a contribuírem eficazmente para a gestão da política industrial;

- (b) Identificar falhas institucionais e realçar as instituições mais adequadas e importantes para a implementação com sucesso da política;
- (c) Reforçar o papel de instituições apropriadas que facilitam a monitorização e auditoria da implementação efectiva de programas e projectos de desenvolvimento industrial;
- (d) Reforçar a capacidade de comités e sub-comités regionais responsáveis pelas políticas industriais;
- (e) Estabelecer bases de dados a nível das empresas autênticas, seguras e válidas para avaliar o desempenho a nível sub-sectorial.

1.2.3 Projectos Indicativos e Acções

Os objectivos previstos serão realizados através do desenvolvimento e da implementação de projectos específicos. Os projectos a implementar neste contexto incluirão o seguinte:

Projecto 1: Reforço da Capacidade e Assistência Técnica para a Gestão da Política Industrial

Este projecto colocará os responsáveis por políticas e parceiros industriais em contacto com novas realidades industriais e novas fontes de crescimento dinâmico, com incidência no papel da política industrial para reanimar e apoiar as fontes dinâmicas de crescimento. Serão desenvolvidos regimes apropriados para canalizar fluxos de investimento nacionais e estrangeiros para estas actividades específicas, que promovem produtos internacionalmente negociáveis. Os fluxos de conhecimento através do IDE serão assegurados por meio duma mistura sensata de iniciativas de reforço de capacidades para o sector industrial nacional e mecanismos de incentivo apropriado para o investidor externo. Também implica o reforço de capacidades para orientar adequadamente as condições dos factores (acesso e custo de infra-estrutura, energia, competências da mão-de-obra, capital e inputs) a fim de satisfazer as necessidades específicas da indústria.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto proposto:

1. Realizar cursos para funcionários públicos e parceiros sobre gestão de políticas comerciais em universidades e instituições de renome.
2. Interações entre parceiros e estabelecimento dum quadro de governação de política industrial para formulação e implementação.
3. Viagens de estudo para representantes do governo e parceiros a fim de seleccionarem localidades industriais dinâmicas para compreenderem a política efectiva e o modo de implementação.
4. Estabelecimento dum comité de pilotagem inter-ministerial regional, onde não houver, para coordenar as directivas políticas.
5. Reforço das capacidades de instituições privadas dos países membros da UA para contribuírem para a sensibilização sobre política industrial com base em dados.

Projecto 2: Reforço da Capacidade e Assistência Técnica para a Recolha de Dados Industriais e Monitorização

Este projecto será desenvolvido para evoluir e fornecer metodologias harmonizadas e ideais de recolha de dados, instrumentos analíticos de dados, metodologias de interpretação de dados e macro metodologias no contexto de estudo da competitividade das cadeias de valor. Mais concretamente, o programa tem como objectivo fornecer:

- (a) Políticas com base em provas assentes na análise autêntica de constrangimentos e perspectivas baseados em dados fidedignos; e
- (b) Avaliação de micro-respostas a ambientes de política macroeconómica, utilizando dados autênticos a nível das empresas e a níveis sub-sectoriais.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto proposto:

1. Reforço de capacidades para criar uma base de dados industrial, cumprindo normas internacionalmente reconhecidas que serão harmonizadas no contexto regional africano.
2. Estabelecimento dum Observatório Industrial Africano (AIO) para monitorizar as tendências do desenvolvimento industrial e os ganhos em eficiência microeconómica, constrangimentos e perspectivas. Melhorar as estatísticas a nível nacional.
3. Compilação e publicação bianual dum *Relatório Industrial Africano* (AIR) como meio de assegurar que os parceiros estão plenamente conscientes das tendências evolutivas em matéria de competitividade industrial e respostas políticas

1.2.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* coordenado pela UA em parceria com as CERs a fim de coordenar e monitorizar os projectos do programa. Um *Comité de Pilotagem Regional*, compreendendo os secretariados de várias CERs, fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por sector privado e instituições de apoio, supervisionará a implementação a nível nacional.

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 2: MELHORAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO EM ÁFRICA

PROGRAMA 2.1: MELHORAMENTO E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

2.1.1 Descrição

Apesar da abertura crescente do mercado mundial, de maior ênfase nas negociações do comércio multilateral a nível do desenvolvimento e de alguns esquemas concessionários disponíveis especificamente para países africanos, todos eles oferecendo oportunidades significativas para o progresso do comércio e da indústria em África, a maioria dos países na região não conseguiram beneficiar eficazmente das oportunidades de comércio nos mercados em expansão.

O maior potencial de desenvolvimento comercial e económico dos países africanos reside no sector industrial e na transformação de matérias-primas locais em produtos semi acabados/ acabados. As empresas africanas precisam de desenvolver cadeias de valor regionais e ligar-se às cadeias de fornecimento mundiais para comercializarem os seus produtos internacionalmente.

É aqui de deve incidir a ênfase em ultrapassar os constrangimentos a nível da oferta. Os sectores prioritários identificados até então pelo Bureau da CAMI e a ONUDI que têm boas perspectivas de crescimento com sucesso são: processamento de agro-produtos, minerais, produtos químicos e farmacêuticos, têxteis/ vestuário, pele/ produtos em pele, silvicultura, pescas e equipamento/maquinaria e serviços conexos. Embora esta seja uma avaliação inicial das perspectivas de sucesso, podem ser acrescentadas outras áreas de atenção regional específica à medida que o programa se desenrola, como a área de produtos culturais e possibilidades específicas de processamento agrícola.

Deverá ser dada uma atenção especial a PMEs, que predominam em economias africanas. Têm dificuldades inerentes em capacidade produtiva, acesso ao capital e tecnologia e serviços devido a recursos limitados. Para que estas empresas comecem a negociar no mercado mundial, precisam de aumentar e melhorar a sua capacidade de oferta, qualidade, competitividade e respeito pelas normas dos importadores. Isto implica maior investimento a nível da empresa e apoio técnico e financeiro para melhorar a produtividade e serviços de formação tecnológica, formação, consórcios de exportação e desenvolvimento de categorias.

O melhoramento e a modernização industrial podem ser considerados como iniciativas que têm por objectivo rejuvenescer empresas promissoras e viáveis, que lutam actualmente pela sobrevivência num ambiente internacionalmente competitivo.

2.1.2. Objectivos do Programa

O objectivo geral do Programa de Melhoramento e Modernização Industrial é contribuir para reforçar as capacidades industriais dos países africanos perante o desafio duplo de integração mundial e regional no contexto de liberalização do comércio e diversificação económica e, assim, contribuir para os esforços de redução da pobreza.

Concretamente, o Programa tem como objectivo apoiar a dinâmica de melhoramento e modernização de indústrias e serviços afins em África e melhorar a sua competitividade, crescimento e acesso a mercados

nacionais, regionais e internacionais. Isto será realizado através da melhoria da produtividade de empresas industriais e da qualidade da sua produção, criação de emprego e reforço de instituições de apoio técnico.

2.1.3. Projectos Indicativos e Actividades:

O Programa será implementado durante os próximos três a seis anos através dos seguintes projectos específicos:

Projecto 1: Análise Diagnóstico dos Sectores Industriais Prioritários

Para se tirar o máximo proveito da industrialização, devem ser identificados e analisados os sectores industriais prioritários em cada país e região em África. A análise deve ser feita utilizando a metodologia da cadeia de valor. Os sectores prioritários analisados até então são: processamento de agro-productos, minerais, produtos químicos e farmacêuticos, têxteis/ vestuário, pele/ produtos em pele, silvicultura, pescas, equipamento/maquinaria e serviços.

A realização da análise da cadeia de valor dos sectores prioritários acima, em cada país africano, identificará continuamente o segmento da cadeia de valor em que as empresas operam actualmente e poderá:

1. Identificar estrangulamentos e constrangimentos;
2. Avaliar tecnologia, gestão, acesso ao mercado e necessidades de investimento;
3. Desenvolver projectos de intervenção visando o melhoramento e a modernização;
4. Estabelecer mecanismos financeiros para apoiar o melhoramento e a modernização;
5. Tratar de questões de políticas para desenvolver novas empresas e apoiar o processo de melhoramento e modernização;
6. Melhorar e desenvolver PME's tanto no sector formal como informal;
7. Desenvolver e implementar ligações entre PME's e grandes empresas.

Projecto 2: Melhorar as Capacidades a Nível da Oferta e Aumentar a Competitividade

Este projecto proposto tem como objectivo apoiar a melhoria e modernização de indústrias e serviços afins e melhorar a sua competitividade, crescimento e acesso a mercados nacionais, regionais e internacionais através da melhoria da qualidade e da produtividade e criação de emprego. Espera-se realizar os seguintes objectivos:

Estabelecer um quadro de apoio institucional e mecanismos para melhorar as indústrias/ serviços afins; aumentar a capacidades de instituições de apoio técnico; aumentar o rendimento e o nível de emprego nas empresas (PME's, operações no sector informal); conseguir aumentar a exportação e ajudar a aumentar os rendimentos familiares.

Serão realizadas as seguintes acções específicas:

- Formular um programa industrial nacional de melhoria e modernização para cada país africano.
- Apoio técnico e formação de PME's para a implementação de actividades de melhoria nas empresas beneficiárias (prioridade a actividades de investimento ligeiro)
- Promoção de programas de seguimento (país ou região) para produtos específicos e prioritários com elevado potencial de exportação.

- Estudo de viabilidade e estabelecimento de esquemas de financiamento para facilitar o acesso de PME's ao financiamento necessário para implementar as actividades de melhoramento e modernização e cumprir os seus planos de investimento.
- Criar um Quadro de Monitorização para o Programa a nível nacional e regional (partilha de melhores práticas – regional).

Projecto 3: Estabelecer e Melhorar Instituições de Apoio Técnico

Este projecto trata das condições de melhoramento industrial, nomeadamente através do reforço das capacidades de instituições de apoio técnico e promoção da qualidade. As acções e actividades específicas a serem realizadas são:

1. Diagnóstico, formulação e implementação de planos de melhoramento de centros técnicos e instituições que promovem sectores chave prioritários e de exportação.
2. O reforço de capacidade dos ministérios responsáveis pela indústria, centros de aperfeiçoamento, PME/ associações de trabalhadores, bancos, peritos/consultores e formadores para implementação e seguimento do programa.
3. Ligar internacionalmente em rede organizações intermediárias africanas e reforçar associações profissionais.
4. Promoção, criação e assistência no estabelecimento de consórcios de exportação. A formulação de medidas de apoio e um quadro legal favorável para consórcios de exportação (a nível regional e nacional).
5. Estabelecimento de Intercâmbios de Subcontratação e serviços “pós venda”.

2.1.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* coordenado pela UA e CERs a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias CERs fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por sector privado e instituições de apoio, supervisionará a implementação a nível nacional.

PROGRAMA 2.2: CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS

2.2.1 Descrição

As PME's correspondem a 95% a 99% das empresas na maior parte das economias desenvolvidas e em desenvolvimento rápido no mundo inteiro. As pequenas empresas com menos de 50 empregados constituem pelo menos 95% das empresas industriais do mundo. Além disso, as PME's geram mais de 50% do valor acrescentado em vários países da OCDE. Muitas economias africanas têm estado a esforçar-se por desenvolver um ambiente favorável aos negócios concedendo crédito subsidiado pelo governo através de bancos de desenvolvimento, estabelecimento de módulos de PME's e prestando ajuda ao desenvolvimento do mercado para facilitar o arranque.

No entanto, existem constrangimentos específicos a serem resolvidos no contexto africano. Há uma cultura empresarial limitada, em particular na África Subsariana. Além disso, há muito poucas

estruturas incubadoras de negócios. Isto é agravado pela lacuna nos esforços institucionais para apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos em África.

Há a necessidade de iniciativas para institucionalizar o Desenvolvimento de Empresas e Promoção do Investimento (EDIP) orientado para resultados e também facilitar o estabelecimento de estruturas de incubação para apoiar projectos de valor acrescentado. Um programa EDIP pretende ajudar potenciais empresários e investidores a traduzir as suas ideias em PME's industriais no sector industrial e de serviços afins. Contudo, uma EDIP necessita dum quadro institucional para a apoiar, um mecanismo de financiamento para financiar projectos desenvolvidos pelo empresário e incubadoras empresariais específicas do sector em vários locais em cada país para prestar serviços às PME's existentes bem como instalações para novas PME's. As incubadoras de negócios fornecem estruturas de arranque para actividades de processamento e fabrico em escala piloto, semi-comercial. As PME's existentes também podem utilizar estas incubadoras para explorar outras actividades de valor acrescentado. Finalmente, as incubadoras também podem complementar a investigação e o desenvolvimento de instalações para uniformização do produto ou do processo e, portanto, incentivar projectos de valor acrescentado.

2.2.2 Objectivos do Programa

O programa pretende estimular o aparecimento de novas empresas que criem emprego, acrescentem valor às mercadorias e contribuam directamente para a redução da pobreza e o crescimento económico. Os seus objectivos específicos são:

1. Contribuir para a criação de novas empresas com ênfase em formação e aconselhamento apropriados no desenvolvimento do empreendedorismo, em particular mulheres e jovens empresários.
2. Operacionalizar a filosofia de “janela única” para garantir o processo de registo de empresas em tempo útil e rápido.
3. Criar estruturas de incubação que servirão para reduzir os riscos de arranque e também promover progressivamente o “agrupamento” induzido para incentivar o fenómeno de aglomeração geográfica competitiva de empresas. A iniciativa pode também facilitar a aquisição e difusão de tecnologia de produção apropriada.

2.2.3 Projecto Indicativo e Actividades

Os objectivos previstos serão alcançados através da elaboração e implementação de projectos inter-relacionados específicos, num período de três anos. O programa a ser implementado inclui:

Projecto 1: Desenvolvimento de Empresas e Incubadoras de Negócios

Um quadro institucionalizador do programa EDIP pode compreender duas fases: (i) reforço da capacidade institucional para implementação, e (ii) fase piloto e lançamento. O projecto previsto guiará os governos nacionais na criação de incubadoras de negócios em cadeias de valor sectoriais chave e fornecerá infra-estrutura física (espaço) e instalações comuns (equipamento necessário). Cada incubadora servirá também de fábrica piloto para testar a viabilidade comercial de produtos e serviços inovadores. O projecto podia ser dirigido pelo governo ou funcionar como um esquema formal de parceria pública-privada. Qualquer das abordagens exigirá a participação activa de parceiros do sector privado como associações e câmaras industriais.

Serão realizadas as seguintes actividades para desenvolver a fase de reforço da capacidade institucional do projecto proposto:

- i) Estudar cadeias de valor da indústria e seleccionar cadeias de valor específicas segundo as prioridades nacionais;
- ii) Seleccionar instituições que irão encabeçar a realização de EDIPs com base em critérios de elegibilidade;
- iii) Estabelecer a ligação com mecanismos nacionais para financiamento de EDIPs e com Fundos de Desenvolvimento Industrial Regionais;
- iv) Preparar um inventário de produtos e processos de valor acrescentado em cadeias de valor relevantes e estabelecer as estruturas para aplicações industriais modernas.

2.2.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* coordenado pela UA e CERs a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias CERs fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e pelo sector privado e instituições de apoio, supervisionará a implementação a nível nacional.

PROGRAMA 2.3: APOIAR QUALIDADE MELHORADA DO PRODUTO (FABRICO)

2.3.1 Descrição

A infra-estrutura de qualidade incluindo metrologia de medição, padronização e capacidade de avaliação da conformidade constitui um dos ingredientes chave do desenvolvimento industrial bem sucedido num mundo globalizado. A habilidade de cumprir os critérios internacionais, as normas e os regulamentos técnicos é um elemento essencial da competitividade global. Reforçar a capacidade para melhorar, certificar, testar e assegurar a qualidade de produtos industriais é uma condição prévia para o acesso ao mercado global e o apoio ao processo de industrialização.

Devia ser desenvolvida uma abordagem africana dos regulamentos técnicos que protegem a saúde e a segurança do público e do ambiente. Esta abordagem pode capitalizar infra-estruturas de qualidade. As normas ou partes das normas podem ser utilizadas para especificar os requisitos técnicos das regras técnicas. A acreditação pode ser utilizada para determinar a competência dos prestadores de serviços de avaliação do cumprimento das regras a que irão recorrer as empresas para provar o cumprimento.

Os elementos chave de actividades regionais e sub-regionais sobre a qualidade das infra-estruturas incidirão em:

1. *Metrologia*: a atenção incidirá na formulação de sistemas inter-regionais e intra-regionais que facilitem o seguimento das medições dos estados membros das unidades de medição da SI, melhorem as normas e estruturas de medição nacionais existentes e as tornem acessíveis a todos os membros, com incidência nos sectores identificados para industrialização.
2. *Padronização*: incidirá na promoção da cooperação regional para participar activamente em actividades de desenvolvimento de normas internacionais específicas do sector para defender os interesses de África, o desenvolvimento de normas harmonizadas específicas do sector, facilitar a troca de informações sobre normas existentes em sectores específicos e elaborar normas específicas do sector e regulamentos técnicos entre os membros.
3. *Acreditação*: incidirá na identificação de requisitos fundamentais para o estabelecimento e funcionamento duma infra-estrutura de acreditação sub-regional, o planeamento e a

- implementação de sistemas regionais de cooperação na área da acreditação e da promoção do uso da acreditação como um instrumento que os governos nacionais possam utilizar para apoiar a industrialização.
4. *Serviços de avaliação de cumprimento dos critérios:* incidirão na identificação e no estabelecimento de laboratórios específicos do sector, serviços de calibração e certificação que apoiem a industrialização. (Avançar para o Projecto 2)
 5. *Regras técnicas:* incidirão no desenvolvimento duma abordagem comum das regras técnicas que tratem da saúde e segurança do público e do ambiente.

2.3.2 Objectivos do Programa

A modernização industrial e o reforço da capacidade comercial são instrumentos eficazes para vencer os desafios colocados por iniciativas de desenvolvimento da competitividade regional. Em particular, o Programa terá como objectivos:

- (a) Prestar assistência técnica às companhias na implementação de projectos para cumprir as normas internacionais e os requisitos regulamentares técnicos a fim de melhorarem a sua competitividade e as respostas aos novos desafios do mercado liberalizado;
- (b) Coordenar e harmonizar as actividades de qualidade na região (normas, regulamentos técnicos, metrologia, acreditação e serviços de verificação do cumprimento das normas) a fim de proporcionar um ambiente adequado para a produção de bens e serviços de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento industrial em África e a eliminação progressiva das Barreiras Técnicas ao Comércio (TBTs) entre as sub-regiões africanas.
- (c) Estabelecer e reforçar actividades de qualidade na sub-região a fim de proporcionar um ambiente sub-regional adequado para a produção de bens e serviços de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento industrial em África e a eliminação progressiva das Barreiras Técnicas ao Comércio (TBTs) entre as sub-regiões africanas. Prestar assistência técnica no estabelecimento de metrologia, capacidade de padronização e acreditação bem como serviços de verificação do cumprimento das normas para testes, certificação, calibração e inspecção.

2.3.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os objectivos do programa acima serão realizados através do desenvolvimento e da implementação dos seguintes projectos específicos nos próximos três a seis anos:

Projecto 1: Assistência Técnica para Cumprir as Normas Internacionais e os Requisitos de Regulação Técnica

O sucesso na maioria dos sectores prioritários a nível da exportação mundial reside num sistema de qualidade de classe mundial. Para alcançar sucesso nestes sectores em África, um pré-requisito não negociável, mesmo antes de se pensar em exportar, é a garantia de segurança que inclui garantias sanitárias e fitossanitárias. Em particular, é necessário muito esforço nas seguintes áreas: certificação, inspecção e controlo e análise de produtos.

O projecto pretende apoiar o reforço da capacidade de companhias específicas a fim de cumprirem as normas e os regulamentos técnicos para exportação. Este projecto facilitará a coordenação (normas, instituições de metrologia, acreditação e serviços de verificação do cumprimento das normas) a fim de proporcionar um ambiente apropriado para a produção de bens e serviços de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento industrial em África e a eliminação progressiva de TBTs entre as sub-regiões africanas. As suas acções específicas têm como objectivo:

1. Identificar um número acordado de companhias por sector prioritário que tenham potencial para exportar.
2. Analisar as necessidades de cada companhia através dum processo de diagnóstico e desenvolver um plano de acção para as companhias beneficiárias.
3. Prestar apoio técnico e formação para a implementação de actividades do projecto nas companhias beneficiárias.
4. Conseguir a Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade e certificação ISO 9001 em companhias beneficiárias.
5. Lançar a HACCP e certificação ISO 22000 para companhias seleccionadas.

Projecto 2: Quadro Regional para Coordenar Actividades de Qualidade

O projecto tem como objectivo coordenar e harmonizar actividades de qualidade na região para:

1. Estabelecer um órgão de acreditação por sub-região a fim de assegurar a competência de serviços de testes, certificação, calibração e inspecção prestados à indústria.
2. Criar um grupo de avaliadores de acreditação por região para reforçar a garantia de qualidade no órgão de acreditação sub-regional.
3. Obter reconhecimento internacional para os órgãos de acreditação sub-regional da ILAC e do IAF.
4. Iniciar uma investigação para determinar que capacidade de seguimento africana deve ser estabelecida de modo a facilitar critérios de referência em África para cada um dos parâmetros a fim de apoiar a exportação de produtos africanos e desenvolver um plano para estabelecer a capacidade de seguimento.
5. Iniciar um estudo para identificar as lacunas na capacidade de medição e desenvolver um plano para o estabelecimento destas capacidades.

2.3.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* coordenado pela UA, NEPAD e CERs a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias CERs fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e pelo sector privado e instituições de apoio, supervisionará a implementação a nível nacional.

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 3: PROMOVER INFRA-ESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

PROGRAMA 3.1: INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE ÁFRICA

3.1.1. Descrição

Os Programas nesta categoria terão como objectivo o reforço dos laços entre infra-estrutura, comunicações e energia para promover a industrialização na região. É reconhecido que para acelerar a industrialização na região, há uma necessidade urgente de integração regional e cooperação entre países e fornecedores de infra-estruturas.

O fornecimento duma infra-estrutura bem articulada, incluindo logística e plataformas de transportes e comunicações, é fundamental para ultrapassar os constrangimentos a nível da oferta no continente. A elaboração deste programa tem que esperar pela 12ª Cimeira da UA sobre Infra-estrutura em Janeiro de 2009 para que os projectos desenvolvidos e elaborados sejam alinhados com as principais prioridades estratégicas da UA nesta área.

3.1.2. Objectivos do Programa

3.1.3. Projectos Indicativos e Actividades

3.1.4 Medidas Institucionais

A SER ELABORADO DEPOIS DA CIMEIRA SOBRE INFRA-ESTRUTURA (JANEIRO 2009)

PROGRAMA 3.2: ENERGIA RENOVÁVEL PARA MELHORAR O ACESSO A APLICAÇÕES INDUSTRIAIS

3.2.1 Descrição

A África é dotada de amplos recursos em energias renováveis. Contudo, a pobreza é um grave impedimento ao desenvolvimento económico e humano na maior parte do continente. O potencial de eficiência energética e de energias renováveis para dissociar a utilização da energia fóssil do crescimento económico é pouco aproveitado em África. A exploração deste potencial é importante no contexto da produtividade e competitividade industrial. Uma transição para serviços de energia modernos, baseados em energias renováveis, podia ajudar a interromper o círculo vicioso da falta de energia e de subdesenvolvimento na região.

Os principais constrangimentos a uma adopção mais ampla e ao aumento da utilização de energias renováveis (RE) em África são os seguintes: (i) falta de sensibilização quanto às energias renováveis; (ii) custos iniciais elevados no estabelecimento de sistemas de energias renováveis; (iii) investigação local e capacidades de desenvolvimento inadequadas e aceitabilidade do utilizador final; (iv) escassez de projectos de demonstração para promover o interesse generalizado entre o sector privado; (v)

assistência inadequada das principais instituições financeiras; e (vi) lacunas no quadro regulador e de políticas.

3.2.2 Objectivos do Programa

O objectivo geral deste programa é demonstrar o potencial e os benefícios de tecnologias de Energia Renovável para aumentar a electrificação rural e aplicações industriais em África no quadro duma política e dum ambiente financeiro apropriados. Os seus objectivos específicos são:

1. Identificar os recursos em energias renováveis em África e criar uma base de dados acessível e fiável;
2. Desenvolver políticas e quadros reguladores apropriados;
3. Implementar sistemas de energia renovável para electrificação rural com ênfase em pequena hidroenergia, energia solar e de biomassa bem como demonstrar as aplicações industriais de RETs;
4. Mobilizar investimentos para financiar projectos industriais baseados em RE através da ligação em rede e estabelecer os instrumentos financeiros necessários;
5. Sensibilizar e reforçar capacidades sobre opções em energias renováveis e ajudar a diminuir GHGs; e
6. Facilitar o acesso a fundos no quadro do protocolo de Kyoto e de outros mecanismos mundiais.

3.2.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os objectivos previstos serão realizados através da implementação de projectos específicos de energias renováveis interrelacionados. A série de projectos a serem implementados incluiria entre outros:

Projecto 1: Identificação dos Recursos em Energias Renováveis e Reforço da Base de Dados para Gestão do Conhecimento

Será desenvolvido um projecto para comparar a informação disponível sobre recursos em energias renováveis, identificar as lacunas e proceder à identificação de recursos para construir uma base de dados acessível e fiável. Esta base de dados servirá de plataforma para a gestão do conhecimento sobre recursos em energias renováveis e tecnologias em África.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto:

1. Rever país por país a literatura sobre os dados disponíveis sobre recursos em energias renováveis e identificar falhas na informação;
2. Proceder à identificação e compilar e actualizar os dados num compêndio e numa base de dados;
3. Compilar informação sobre todos os projectos e programas em curso e documentar as lições aprendidas e as melhores práticas; e
4. Promover a ligação em rede e a partilha de informação entre instituições, agências e programas para assegurar sinergias e evitar duplicação.

Projecto 2: Desenvolvimento duma política favorável e de quadros reguladores

Será desenvolvido um projecto para criar condições iguais para a energia renovável através de políticas facilitadoras e de directivas reguladoras. Alguns mecanismos reguladores e de apoio, que já estão criados, necessitariam de reforço juntamente com a introdução de novas iniciativas em matéria de políticas, que possam não exigir mudanças significativas nas Leis da Electricidade dos países. Isto incluiria, entre outras coisas, o estabelecimento de Acordos Padrão de Compra de Energia (PPAs), garantindo licenças a longo prazo de produção de electricidade, o desenvolvimento de tarifas favoráveis e fórmulas de ajustamento, regulamentos “ligeiros” (menos rígidos), fixando metas específicas para a quota das energias renováveis na produção de electricidade, promulgação de regulamentos explícitos, que incentivam a participação privada e concedem subsídios ao investimento único de capital a indivíduos ou grupos de empresas numa *parceria pública-privada*.

1. Rever as políticas e os regulamentos existentes em cada país membro da UA e analisar a sua adequação;
2. Prestar assistência técnica para a formulação de políticas, quando não existirem políticas, e integrá-las nos planos nacionais de desenvolvimento;
3. Trabalhar com as comunidades económicas regionais, harmonizar políticas para reforçar mercados e estimular investimentos regionais; e
4. Promover o desenvolvimento de energias renováveis para diminuir as emissões de GEEs e facilitar o acesso a fundos no quadro de protocolo de Kyoto e de outros mecanismos.

Projecto 3: Demonstração de Viabilidade Técnica e Económica de Sistemas de Energias Renováveis

Será desenvolvido um projecto especificamente para incidir em intervenções práticas no terreno que irão demonstrar a viabilidade técnica e económica de tecnologias e medidas promissoras de energias renováveis e promover o envolvimento do sector privado na estimulação de mercados energéticos na região. Em conformidade com as prioridades nacionais e regionais, serão identificados conceitos para acção orientada e projectos práticos a serem implementados a nível regional/ nacional. Concretamente, o projecto incidirá nas seguintes áreas:

1. Identificar projectos de energias renováveis apropriados de acordo com as prioridades nacionais/ regionais;
2. Realizar estudos de viabilidade técnica e económica para aumentar projectos de demonstração;
3. Identificar categorias de PME de energia intensiva e realizar estudos de viabilidade sobre as aplicações industriais de tecnologias de energia renovável;
4. Criar mini redes com base em energias renováveis (mini fontes de hidroenergia, energia solar e biomassa) para aumentar a electrificação rural; e
5. Promover aplicações industriais baseadas em energias renováveis nas indústrias seleccionadas.

Projecto 4: Financiamento Inovador e Reforço de Capacidades para Aumentar Projectos de Energia Renovável

A África tem algumas barreiras críticas em termos de financiamento de projectos de RE. A quota das energias renováveis na electrificação rural e em aplicações industriais está a aumentar, apesar do seu vasto potencial para satisfazer as necessidades energéticas crescentes ainda continuar inaproveitado em África. Portanto, é necessário demonstrar o potencial de várias tecnologias de energias renováveis, através de projectos financiáveis, para aumentar a electrificação rural e as aplicações

industriais em África. Assim, o projecto será desenvolvido de modo a realçar a sustentabilidade das intervenções com particular incidência em financiamento, reforço de capacidades de instituições locais e aumento proporcional.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto proposto:

1. Analisar os mercados e mecanismos financeiros existentes para identificar as melhores práticas para a promoção de RE e desenvolver uma estratégia de investimento regional;
2. Desenvolver directivas de manutenção e operacionais e organizar seminários de formação para reforçar as capacidades locais e divulgar informação;
3. Desenvolver instrumentos e directivas de apoio à decisão e de criação e gestão de mecanismos inovadores vocacionados para a promoção das energias renováveis;
4. Oferecer inputs adaptados de reforço de capacidades às instituições identificadas; e
5. Facilitar o acesso a financiamento no quadro do protocolo de Kyoto e de outros mecanismos mundiais.

Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* a nível regional, que reunirá parceiros como UA, NEPAD e Comunidades Económicas Regionais a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias Comunidades Económicas Regionais como SADC, UMA, CEDEAO, CEMAC e UEMOA, fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por instituições do sector privado, supervisionará a implementação a nível nacional.

Um *comité de implementação* em cada país membro da UA assumirá a responsabilidade principal de implementar o programa. Este comité envolverá utilizadores e beneficiários do programa em termos de instituições e parceiros do sector privado directamente afectados pelo programa.

PROGRAMA 3.3: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS DE ÁFRICA

3.3.1 Descrição

Os biocombustíveis têm o potencial de fornecer quantidades significativas de energia regional e nacional e podem desempenhar um papel importante na promoção da segurança energética, criando emprego e ajudando a realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na região. Contudo, é fundamental olhar para o desenvolvimento de biocombustíveis em África de forma holística cobrindo as quatro áreas: tecnologia, investimento, comércio e sustentabilidade. Os constrangimentos à opção dos biocombustíveis podem ser visualizados em termos de implicações devido à concorrência possível pelo uso da terra, debate alimento contra matéria-prima e sustentabilidade ambiental. Seria necessária uma abordagem integrada para assegurar que o desenvolvimento de biocombustíveis não compete com a segurança alimentar e segue as normas de sustentabilidade ambiental.

É reconhecido que a realização do potencial da bio-energia depende em grande medida da disponibilidade de tecnologias e processos de conversão competitivos. Para este efeito, é necessário desenvolver mecanismos de apoio que incentivariam a transferência de tecnologias relevantes e capacidades associadas dos produtores de tecnologia para os mercados de tecnologia.

Deve ser feita a calibração cuidadosa de recursos em biocombustíveis e disponibilidade de alimentos antes de desenvolver políticas apropriadas e quadros reguladores. Além disso, são de importância crucial opções políticas apropriadas, mecanismos financeiros, iniciativas de reforço da capacidade dos parceiros, desenvolvimento de indicadores sustentáveis e capacidades locais de pesquisa para que as tecnologias sejam absorvidas com partilha de conhecimento, numa perspectiva inter-regional.

3.3.2 Objectivos do Programa

O programa tem como objectivo ligar sustentabilidade, comércio e questões tecnológicas e realizar uma análise do cenário de modelos de utilização da terra para minimizar o conflito de *alimento contra combustível*, desenvolvendo indicadores de sustentabilidade, evolução de políticas apropriadas, estabelecimento de mecanismos financeiros, reforço de capacidades e pesquisa. Os seus objectivos específicos são:

1. Desenvolver dados em termos duma avaliação abrangente e análise de cenário de recursos em biocombustíveis e disponibilidade de matéria-prima nos países membros da UA.
2. Desenvolver uma política e um ambiente institucional favoráveis ligando tecnologia, comércio, investimento e questões sustentáveis.
3. Estabelecimentos de fundos próprios para o investimento em biocombustíveis e mecanismos financeiros;
4. Melhorar as capacidades dos que elaboram e financiam projectos e desenvolver indicadores de sustentabilidade;
5. Apoiar a transferência de tecnologia sul-sul e comercializar a introdução de tecnologias modernas (isto é, segunda e terceira geração de biocombustíveis);
6. Estabelecer uma rede inter-regional e um serviço de regulação para biocombustíveis de 2ª e 3ª geração.

3.3.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os objectivos previstos serão alcançados através da evolução e implementação de projectos específicos interrelacionados. A série de projectos a serem implementados incluiria, entre outros:

Projecto 1: Desenvolvimento de Indústria de Biocombustíveis Sustentável em África

Possivelmente, a opção de biocombustíveis daria mais emprego do que outros recursos e sistemas de RE. Contudo, a avaliação do sistema de energia de biocombustíveis como uma opção merece um exame intenso, pois a produção do recurso pode implicar uma concorrência pelo uso da terra com produtos alimentares. Apesar de algumas tentativas passadas, hoje é necessário estabelecer uma base de dados regional e nacional abrangente das várias formas de matérias-primas biocombustíveis como base para modelos de utilização sustentável.

Também é importante melhorar a capacidade dos intervenientes ao longo da cadeia de valor dos biocombustíveis e promover a investigação com base na necessidade, incluindo os biocombustíveis de segunda e terceira geração. Neste contexto, é necessário realizar programas de formação sobre biocombustíveis a níveis diferentes, projectos piloto principais e projectos de demonstração e pesquisa sobre biocombustíveis relevantes. Isto ajudará a indústria local a desenvolver também a capacidade de projectar, reunir e produzir tecnologias de conversão de biocombustíveis.

Os projectos de biocombustíveis exigem custos elevados e o acesso ao financiamento é limitado. Há também dados limitados sobre a indústria dos biocombustíveis para guiar os investidores e financiadores as tomarem decisões sólidas sobre o desenvolvimento de projectos sobre biocombustíveis. Neste contexto são importantes seminários de formação sobre gestão do projecto, definição de preços e, depois disso, a mobilização de fundos adicionais de investimento em biocombustíveis.

Há também algumas políticas e programas bem sucedidos, implementados noutros lugares, dos quais se podia tirar ensinamentos. A troca de experiências e conhecimento entre esses parceiros deve ser catalizada numa perspectiva Norte-Sul e também Sul-Sul. Portanto, o projecto irá desenvolver uma rede inter-regional de biocombustíveis com incidência em África.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto proposto:

1. Proceder à avaliação dos recursos em biocombustíveis e da matéria-prima disponível;
2. Desenvolver políticas e quadro institucional para estimular o desenvolvimento e a manutenção da indústria de biocombustíveis;
3. Criar capacidades produtivas e estabelecer centros regionais para coordenação da respectiva pesquisa, incluindo a pesquisa de biocombustíveis de segunda e terceira geração;
4. Desenvolver indicadores de sustentabilidade para fontes domésticas de biocombustíveis; e
5. Estabelecer uma rede inter-regional de bio-energia e organizar actividades em fóruns mundiais, regionais e sub-regionais

3.3.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* a nível regional, que reunirá parceiros como UA, NEPAD e Comunidades Económicas Regionais a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional*, compreendendo os secretariados de várias Comunidades Económicas Regionais como SADC, UMA, CEDEAO, CEMAC e UEMOA, fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por instituições do sector privado, supervisionará a implementação a nível nacional.

Um *comité de implementação* em cada país membro da UA assumirá a responsabilidade principal de implementar o programa. Este comité envolverá utilizadores e beneficiários do programa em termos de instituições e parceiros do sector privado, directamente afectados pelo programa.

PROGRAMA 3.4: PROGRAMA PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

3.4.1 Descrição

Os consumidores industriais, incluindo as PMEs, são um importante segmento consumidor de energia de África. Na África Subsariana, correspondem a cerca de um terço da procura total de energia comercial, sobretudo sob a forma de electricidade e de petróleo importado. A falta de energia para a indústria leva a um impacto prejudicial ao ambiente, preços mais altos de bens e serviços e, com efeito, aumenta o custo da oferta. Há uma margem considerável para a indústria africana típica

melhorar a eficiência em termos de energia e, ao mesmo tempo, a sua produtividade e competitividade.

3.4.2 Objectivos do Programa

O programa tem como objectivo contribuir para a segurança energética de África através da implementação de políticas e programas relativos à eficiência energética. Os seus objectivos específicos serão:

1. Estabelecer políticas, programas e um quadro regulador para apoiar e promover a eficiência energética na indústria africana.
2. Optimização e gestão do sistema energético e melhores práticas incluídas nas operações normais da indústria; reduzir a intensidade da energia e melhorar a competitividade.
3. Desenvolvimento duma base de dados sobre o consumo de energia na indústria e definir indicadores para ramos seleccionados; e
4. Facilitar o acesso a fundos no quadro do protocolo de Kyoto e de outros mecanismos mundiais.

3.4.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os objectivos previstos serão alcançados através da evolução e da implementação de projectos específicos inter-relacionados.

Projecto 1: Eliminação de Barreiras visando a Promoção da Eficiência da Energia Industrial em África

O projecto será desenvolvido para ajudar na formulação de políticas, esquemas de incentivo e programas alvo para melhorar a eficiência energética na indústria africana. Pode ser prestada assistência para se introduzir a eficiência energética em políticas de desenvolvimento industrial, normas de gestão de energia industrial, políticas do sector industrial e esquemas de incentivo.

Considerando a variedade de opções disponíveis, o projecto será desenvolvido para equipar a indústria com capacidade de gestão e técnica apropriada a fim de implementar a eficiência e a gestão da energia industrial, aproveitando a pressão do mercado em termos de nova eficiência energética.

Também é fundamental melhorar o conjunto de conhecimentos disponíveis a nível do país e regional sobre o consumo final da energia industrial a fim de identificar as melhores oportunidades para melhorar a eficiência energética e definir, em conformidade, políticas e programas bem apresentados e eficazes em termos de custos.

Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto proposto:

1. Desenvolvimento e formulação de políticas e normas de eficiência de energia industrial (IEE) e de regulamentos e programas de apoio;
2. Reforçar a capacidade técnica da indústria africana, incluindo PME's para a optimização de sistemas de energia industrial e gestão da energia;
3. Utilização final de energia industrial e consumo de energia – reforçar os conhecimentos para soluções bem sucedidas; e

4. Facilitar o acesso a fundos no quadro do protocolo de Kyoto e de outros mecanismos mundiais.

3.4.4 Medidas Institucionais para Implementação

O mecanismo institucional para elaboração e implementação dos projectos compreenderá um *Comité de Pilotagem do Programa* a nível regional, que reunirá parceiros como UA, NEPAD e Comunidades Económicas Regionais a fim de coordenar e monitorizar o programa em geral. Um *Comité de Pilotagem Regional* compreendendo os secretariados de várias Comunidades Económicas Regionais como SADC, UMA, CEDEAO, CEMAC e UEMOA, fará a supervisão da implementação a nível regional de modo a facilitar iniciativas de cooperação regional. Um *Comité de Pilotagem Nacional* em cada país, composto pelos ministérios abrangidos e por instituições do sector privado, supervisionará a implementação a nível nacional.

Um *comité de implementação* em cada país membro da UA assumirá a responsabilidade principal de implementar o programa. Este comité envolverá utilizadores e beneficiários do programa em termos de instituições e parceiros do sector privado directamente afectados pelo programa.

**CATEGORIA PROGRAMÁTICA 4: COMPETÊNCIAS INDUSTRIAIS E TÉCNICAS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA**

PROGRAMA 4.1: REMEDIAR A FALTA DE COMPETÊNCIAS

4.1.1 Descrição

Para conseguir a industrialização com base em recursos, especificamente nos oito sectores prioritários identificados⁵, a actual falta de competências em África deve ser resolvida através de acções chave que produzam resultados. A falta de competências em África é evidente em duas áreas específicas, nomeadamente competências pessoais e técnicas, que são essenciais para promover a industrialização sustentável. Contudo, para que o continente crie um conjunto de competências adaptativas e abrangentes, devem ser priorizados certos pré requisitos como o desenvolvimento de políticas e uma melhor dotação orçamental. Em termos de desenvolvimento de políticas, é necessário promover políticas referentes aos direitos humanos que incluam estratégias e curto prazo e a longo prazo. Devem ser criadas e implementadas estratégias a curto prazo viáveis para fazer face às necessidades específicas do sector. As estratégias a curto prazo podem incluir estratégias de transferência de competências, medidas para proteger e reter competências autóctones e incentivos para atrair a Diáspora Africana. Igualmente importante para remediar a falta de competências existente em África é o aumento da dotação orçamental para a educação e formação técnica nas áreas do comércio, ofícios e engenharia.

4.1.2 Objectivos do Programa

- (a) Desenvolvimento dum conjunto de capacidades autóctones com particular incidência nas competências pessoais⁶, que melhoram a governação e a gestão, e competências técnicas que apoiam a beneficiação.
- (b) Valorizar as “competências informais” que os trabalhadores possuem. As instituições de formação devem assegurar que o Reconhecimento de Aprendizagem Anterior (RPL) é incluído no desenvolvimento curricular para melhorar a produção de competências. O desenvolvimento destas competências pode também apoiar o processo de industrialização em África.
- (c) Promover e aumentar abordagens de aprendizagem ao longo da vida para desenvolvimento industrial. Por exemplo, a aprendizagem contínua é muitas vezes necessária em vários níveis da cadeia de valor, em particular em áreas muito especializadas em indústrias de conhecimentos intensivos em que há adaptação constante a novos conhecimentos e novos avanços tecnológicos. A aprendizagem contínua não se deve limitar aos trabalhadores qualificados, mas deve ser também incentivada entre os trabalhadores semi-qualificados.

⁵ Os oito sectores prioritários são: 1. Processamento de alimentos; 2. Têxteis e vestuário; Pele e produtos de pele; 4. Produtos minerais; 5. Madeira e produtos de madeira; 6. Peças sobresselentes de viaturas; 7. Produtos farmacêuticos; e 8. Materiais de construção. (Ver ONUDI, 2003, Iniciativa Capacidade de Produção Africana: Da Visão para a Acção).

⁶ As competências pessoais incluem excelência na gestão de recursos, logística e pessoas; competências de marketing; competências comerciais; competências na elaboração e implementação de políticas; competências empresariais (desenvolvimento de PME alvo) e competências na área da propriedade intelectual.

4.1.3 Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Análise Diagnóstico da Falta de Competências Relativas à Indústria

A nível nacional, a pesquisa e recolha de dados acerca da falta de competências devem ser realizadas em especial com relação à falta de competências na indústria, nos sectores prioritários. Esta análise diagnóstico da indústria guiará o desenvolvimento curricular a nível de HEI bem como o desenvolvimento de programas de formação com o objectivo de resolver a falta de competências em sectores específicos da indústria.

Actividades:

1. Avaliar e desenvolver capacidade (instituições de formação)
2. Identificar a falta de competências em sectores industriais prioritários
3. Converter a análise diagnóstico em programas de formação
4. Identificar as instituições certas para dar formação a nível nacional

Projecto 2: Restaurar/ Estabelecer Instituições para o Desenvolvimento da Indústria e de Competências

As instituições regionais de formação devem alinhar a formação com os sectores prioritários identificados e desenvolver cursos que reciclem a mão-de-obra existente. Um planeamento estratégico e cuidadoso deve constituir a base de desenvolvimento curricular em várias instituições educativas e entre parceiros como a indústria. Além disso, deve ser dada prioridade a programas específicos que apoiem o desenvolvimento das competências de jovens, mulheres e empresários.

Actividades:

1. Planear a formação e o currículo necessários
2. Implicar a indústria no planeamento
3. Criar programas especializados para os jovens
4. Criar programas especializados em empreendedorismo
5. Restaurar ou criar novas instituições

Projecto 3: Desenvolvimento de Competências Orientadas para a Indústria

Melhorar as competências existentes e dar novas competências na indústria são essenciais para a concorrência. A indústria deve adoptar a abordagem da formação em exercício para responder às tendências das competências mundiais na indústria, tanto a nível básico como técnico. A formação em exercício dada pelas empresas deve ser recompensada pelos governos através de, por exemplo, incentivos fiscais. Em cada sector industrial, as melhores práticas e directivas de formação devem ser partilhadas entre as companhias. Além disso, a indústria pode oferecer estágios e aprendizagens para assegurar que os formandos obtêm as competências necessárias para o trabalho.

Actividades:

1. Criar a interface entre formação em exercício e estágios e qualificações
2. Criar sistemas de incentivos para recompensar as empresas que dão formação em exercício
3. Criar a ligação entre formação e formação em exercício para competências de artesão.

Projecto 4: Valorizar as Competências Informais dos Trabalhadores

Devem ser criadas autoridades de acreditação regional, que desenvolverão directivas e normas para a certificação de “competências informais” relevantes para os sectores industriais prioritários identificados. Os critérios de acreditação e mais formação (se necessário) serão da responsabilidade de instituições de formação designadas em cada país.

Outros programas importantes foram identificados para esta estratégia a fim de assegurar um grupo abrangente de competências em África. Estes programas implicam o desenvolvimento de conjuntos de competências com relação a tecnologias avançadas/ novas e infra-estrutura e beneficiação.

Actividades:

1. Estabelecer autoridades nacionais e regionais de acreditação
2. Estabelecer um processo de acreditação para competências tácitas e inerentes
3. Desenvolver o reconhecimento de aprendizagem anterior para grupos de competências existentes.

3.1.4 Medidas Institucionais para Implementação

Estas actividades devem ser coordenadas por um Gabinete de Desenvolvimento de Recursos Humanos na CAMI, que estabelecerá redes específicas de múltiplos parceiros para realizar cada projecto em parceria com as CERs. Como o cenário institucional de fornecimento de competências varia dentro e entre regiões, a composição de cada rede tem que reflectir necessidades contextuais.

4.2 PROGRAMA PARA DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA INICIATIVAS EM TERMOS DE INFRA-ESTRUTURAS E BENEFICIAÇÃO

4.3.1 Descrição

Os projectos que têm como objectivo desenvolver competências para infra-estruturas e beneficiação devem ser caracterizados por compromisso político por parte de parceiros chave e decisores, melhor governação e segurança. Os principais projectos de infra-estruturas, como os necessários para o desenvolvimento industrial acelerado no continente, tendem a ser multinacionais em escala e âmbito (por exemplo, o projecto Grand Inga na RDC e o projecto Lesotho Highlands Dam).

Portanto, é vital para o Gabinete de Infra-estrutura e Energia e para as CERs, no âmbito das quais funcionam as cadeias de valor de beneficiação nacional, definir e priorizar as competências especiais que é preciso desenvolver e alimentar.

4.3.2 Objectivos do Programa

1. Formação de grande qualidade em competências especializadas para fornecer energia barata, fornecimento constante de água de boa qualidade, infra-estrutura industrial de TIC, redes de transportes eficazes e manutenção e apoio dum estrutura financeira como inputs fundamentais do processo industrial. Estes requerem competências especializadas na tomada de decisão e fases de utilização e manutenção do fornecimento de infra-estruturas.

2. Aumentar o conjunto de competências com base nas necessidades para o processo de beneficiação. Embora a África tenha que beneficiar da transferência de competências internacionais a curto prazo, a formação dirigida da mão-de-obra africana será vital para o processo de beneficiação a longo prazo.
3. Uniformizar o sistema de qualificação regional para dar formação de qualidade, que tenha como alvo áreas nicho na cadeia de valor, através das necessidades específicas da indústria.
4. Realizar a fase final de beneficiação entre os vários sectores prioritários. Isto, por sua vez, implica assegurar que o produto final satisfaça as normas internacionais. Portanto, o desenvolvimento de competências deve ter como alvo o controlo de qualidade.

4.3.3 Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Desenvolver Estratégias de Transferência e Retenção de Competências

A transferência de competências e o reforço de capacidades devem ser uma componente chave de todos os esforços de beneficiação e desenvolvimento de infra-estruturas (quer africanas quer internacionais) a fim de garantir que as escassas⁷ competências técnicas sejam desenvolvidas localmente. Isto será conseguido incorporando os condicionalismos do reforço de capacidades nas políticas de investimento. A criação dum ambiente que atraia as competências e os conhecimentos escassos e relevantes para regiões específicas, é essencial. Além disso, devem ser desenvolvidas e implementadas medidas para reter as competências existentes bem como para atrair a Diáspora Africana. As medidas incluem incentivos financeiros bem como oportunidades de carreira.

Actividades:

1. Identificar projectos chave de infra-estruturação e beneficiação por região
2. Identificar os grupos de competências/ competências escassas por projecto
3. Identificar instrumentos para garantir a transferência de competências por projecto
4. Identificar competências a curto prazo que necessitam excepções parciais de imigração/ residência
5. Desenvolver uma estratégia de retenção para as capacidades escassas.

Projecto 2: Estabelecer ou Reforçar Centros de Formação Regional Especializados

Os Centros de Formação Regional incidirão em competências específicas do sector nas seguintes áreas: fornecimento de água e energia, TIC, transportes e infra-estrutura financeira. Além de melhorar as competências técnicas, estes centros de formação devem incluir programas de formação que se especializam em gestão e manutenção de competências necessárias para projectos de desenvolvimento de infra-estruturas em grande escala. A formação regional asseguraria uma atribuição mais eficaz de recursos que sejam bem direccionados.

Actividades:

1. Estabelecer centros de formação regional e nacional ou restaurar os existentes para responder às necessidades em infra-estruturas de formação.
2. Definir para cada tipo (água, fornecimento de energia, TIC, transportes, finanças) a formação necessária em competências.

⁷ Em engenharia de estruturas, engenharia química, engenharia civil, química, gestão de projectos, etc.

3. Criar sistemas de formação especializados.
4. Criar sistemas de apoio para a sua prestação.

4.3.4 Medidas Institucionais para Implementação

Este projecto deve ser coordenado por um Gabinete de Desenvolvimento de Recursos Humanos na CAMI e pelo Gabinete de Infra-estrutura e Energia. Serão estabelecidas redes específicas de múltiplos parceiros em parceria com as CERs e as Autoridades de Energia e Beneficiação. Como o cenário institucional de fornecimento de competências varia dentro e entre regiões, a composição de cada rede tem que reflectir necessidades contextuais.

**CATEGORIA PROGRAMÁTICA 5: SISTEMAS DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL,
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA**

**PROGRAMA 5.1: REFORÇO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL
EM ÁFRICA**

5.1.1 Descrição

O conhecimento é uma fonte e a inovação é uma força para libertar o potencial de desenvolvimento de África. Reforçar os sistemas de inovação sectoriais e nacionais é essencial para acompanhar as dimensões em mudança rápida da expansão industrial. O modelo em mudança rápida da produção industrial actual exige novo conhecimento e novas competências para sobreviver num ambiente internacionalmente competitivo. As origens da revolução industrial deram-se numa pequena oficina e não na sala de aula. Hoje, as ideias inovadoras provêm das salas de aula das universidades e instituições. Num sistema de inovação industrial ideal, o novo conhecimento é produzido por universidades, explorado por laboratórios e comercializado por firmas dinâmicas. Esse quadro interactivo é o nervo central da transformação industrial.

Muitos países Africanos que estão atrás da fronteira tecnológica mundial podem aproveitar o conhecimento adquirido que já existe noutros lugares do mundo e adaptá-lo ao contexto local. Hoje, a investigação não implica necessariamente inovação. O propósito é melhorar as capacidades adaptativas para utilizar tecnologia e aparelhos modernos. Assim, é crucial melhorar as capacidades adaptativas para adquirir, assimilar, adoptar, adaptar e aprender a inovar para se adaptar ao contexto local.

A África não é desprovida de algumas iniciativas inovadoras autóctones. Variedade de Novo Arroz para África (NERICA@R), um arroz de grande rendimento, resistente ao stress, desenvolvido nos anos 90 pelo Centro de Arroz de África (no Benin) contribuiu para um aumento de 6% na produção de arroz no continente. Esta contribuição deve ser considerada à luz do facto de o continente importar cerca de 40% das suas necessidades de arroz e de a falta de arroz ter causado ocasionalmente distúrbios nos principais países importadores de arroz. Também há provas de firmas africanas a inovarem através de vias para a inovação não P&D. O continente contém bolsas de dinamismo industrial e inovação. Tendo em conta o contexto africano, é importante atribuir igual importância à comercialização das conclusões das investigações existentes, P&D adaptativa e vias para a inovação não P&D

5.1.2 Objectivos do Programa

O objectivo geral deste programa é catalizar um aumento significativo na taxa de sucesso comercial de inovações na indústria africana através duma melhor compreensão das opções institucionais e de acções correctivas com base em parcerias públicas-privadas. Isto incluiria a transferência de tecnologia, adopção, adaptação e aperfeiçoamento de competências tecnológicas e inovação industrial amplamente divulgada. Os seus objectivos específicos são:

- (a) combinar o ensino universitário com as necessidades de desenvolvimento industrial;
- (b) criar um ambiente favorável para um quadro interactivo eficaz entre instituições e firmas;

- (c) promover sistemas de inovação sectoriais e nacionais através de políticas apropriadas de incentivos e de sistemas de apoio; e
- (d) facilitar os fluxos de tecnologia e conhecimentos sul-sul como potenciais fontes de inovação industrial.

5.1.3 Projectos Indicativos e Actividades

Os seguintes projectos constituirão as intervenções centrais para a realização dos objectivos acima.

Projecto 1: Estabelecimento de Cadeiras Universitárias de Inovação em Universidades Africanas

O projecto será desenvolvido realçando a evolução duma rede interna de Centros de Excelência, juntando universidades africanas e estrangeiras. O desenvolvimento de pacotes de informação sustentará esta iniciativa. Serão desenvolvidos com empresas industriais projectos que prestam assistência às PME's em África. Serão continuados através da geminação de estudantes estrangeiros de mestrado com universidades em África. Serão desenvolvidos currículos universitários apropriados com base nessas experiências e com inputs da indústria, conduzindo à emergência de investigadores proeminentes em inovação e de empresários dinâmicos. As cadeiras universitárias e reuniões consultivas de redes dessas cadeiras também causarão actividades de *fórum global* bem como publicações. Serão realizadas as seguintes actividades para implementar o projecto:

1. Criar uma rede universitária estrangeira-África e apoiar iniciativas de comercialização *vis-à-vis* projectos de inovação em países africanos em associação com a indústria.
2. Desenvolver cursos sobre inovação e sistemas de inovação em currículos universitários a nível nacional.
3. Desenvolver redes nacionais sobre inovação e redes em países seleccionados inicialmente como piloto.
4. Fazer a sensibilização nacional sobre a importância da inovação nos países membros da UA.
5. Ligar as cadeiras universitárias nacionais sobre inovação através da rede global envolvendo instituições e empresas relevantes.

Projecto 2: Estabelecer Centros Regionais de Transferência e Difusão de Tecnologia

O projecto terá como objectivo tratar das falhas em termos de transferência e difusão de tecnologia operacionalizando Centros Regionais de Transferência e Difusão de Tecnologia (RTTDCs). Estes centros podem actuar como catalizadores para estimular a aplicação de novas tecnologias e investimento na indústria. Os RTTDCs devem ser integrados no quadro de outras redes inovadoras com a comunidade empresarial internacional, fontes de tecnologia e agências de investimento e devem continuar programas piloto de aperfeiçoamento de tecnologias em regiões seleccionadas. Os modelos de transferência, absorção e difusão de tecnologia bem como os mecanismos financeiros para sustentabilidade serão desenvolvidos e testados antes da sua aplicação em todo o continente. A produtividade local de empresas de emprego intensivo e no sector informal também deve ser explorada como uma iniciativa alvo. A implementação do projecto incluirá as seguintes actividades:

1. Inicialmente, pelo menos um RTTDCs de nível mundial será estabelecido em cada sub-região.
2. Integrar os RTTDCs no quadro das redes previstas com firmas e fontes de tecnologia bem como agências de investimento.

3. Recrutar e formar pessoal destes Centros para facilitar a transferência efectiva de tecnologia.
4. Implementar programas modelo de aperfeiçoamento de tecnologia a nível regional e nacional.
5. Desenvolver e testar modelos de transferência de tecnologia, absorção e difusão juntamente com mecanismos apropriados de financiamento.
6. Implementar um programa tecnológico direccionado para promover inovações as nível das bases e vias não P&D para a inovação.

Projecto 3: Estabelecer Centros Regionais para Previsão Tecnológica

O projecto terá como objectivo facilitar a implementação de programas de reforço de capacidades (formação) sobre previsão tecnológica numa base de demonstração na primeira fase. Em seguida, o projecto estabelecerá um *centro virtual* para servir de hub continental para o desenvolvimento e disseminação de metodologias de modo a otimizar os recursos.

Apenas alguns países em toda a África realizaram até então pesquisas sobre inovação para avaliar a amplitude e eficácia de sistemas de inovação nacionais e sectoriais. Com o intuito de reforçar o sistema de inovação industrial no continente, um conjunto de intervenções práticas podia incluir uma pesquisa diagnóstico para avaliar a análise da situação dos sistemas de inovação em África. A sensibilização sobre a inadequação de tais sistemas em África é fundamental para que os responsáveis pelas políticas e os parceiros compreendam o vazio na área da inovação industrial. Tais pesquisas farão com que todos compreendam a importância da inovação, do desenvolvimento e do reforço dos recursos académicos sobre inovação, assegurando interfaces apropriadas instituição-indústria e estabelecendo ligações universitárias, influenciando assim os responsáveis por políticas através de actividades do fórum global.

Inicialmente, serão levadas a cabo iniciativas de reforço de capacidades num grupo piloto, seguidas da extensão do projecto a todos os países membros da UA. As seguintes actividades serão realizadas para implementar o projecto proposto:

1. Seleccionar instituições de formação e pessoas recurso a nível nacional, finalizar os programas do curso, desenvolver material didáctico e identificar e seleccionar peritos no assunto e formandos; os comités de pilotagem nacionais serão consultados para essa selecção.
2. Realizar programas de reforço de capacidades e formação sobre previsão tecnológica a nível nacional, dirigidos a representantes tanto de sector público como do privado.
3. Estabelecer um centro regional virtual para proceder a iniciativas de desenvolvimento de metodologias e formação adicional de forma contínua.
4. Alargar as experiências a todo o continente e implementar programas avançados trienais para previsão tecnológica a nível continental.

Projecto 4: Criar Incubadoras Tecnológicas

As pequenas empresas são conhecidas em todo o mundo pelas suas capacidades de criação de emprego e, assim, são de importância crucial para África. A desanimadora taxa elevada de fracasso de novos empreendimentos tem visto o aparecimento de várias formas de programas de assistência que tentam melhorar a taxa de sucesso. Uma incubadora é um instrumento flexível, que apoia empresários inexperientes de várias formas e de acordo com as suas necessidades. O desenvolvimento empresarial bem sucedido exige uma sinergia entre empreendedorismo, know-how empresarial,

tecnologia e capital. As incubadoras fornecem um quadro para focalizar e ligar os elementos essenciais do processo empresarial para novos empreendimentos num ambiente favorável, que é projectado para proporcionar uma combinação de assistência empresarial, espaço flexível e serviços comuns.

As incubadoras fornecem, entre outras coisas, espaço físico, assistência na identificação e no desenvolvimento do produto/processo, acesso a equipamento, máquinas, ferramentas e computadores, bem como serviços administrativos comuns. As incubadoras também podem desempenhar um papel no desenvolvimento duma cultura empresarial, formação técnica, aconselhamento, orientação e formação, transferência de tecnologia e demonstração e assistência a nível de marketing e comercialização.

As incubadoras têm uma vantagem adicional porque precisam apenas de apoio limitado do governo. O apoio geralmente só é necessário para estabelecer e manter as operações iniciais da estrutura até que a incubadora possa ser gerida como um negócio em si.

O projecto envolve as seguintes acções:

- Aprender com a experiência considerável de apoio à inovação e de desenvolvimento de PMEs através de incubadoras;
- Incentivar as autoridades universitárias a permitir que as incubadoras estejam ligadas às suas universidades e a promotores públicos ou privados;
- Aumentar substancialmente o financiamento de novos empreendimentos e projectos tecnológicos; e
- Envolver o sector privado e as empresas que saíram da incubadora a reinvestirem conhecimentos especializados e possivelmente recursos para ajuda às empresas que se encontram na primeira fase de desenvolvimento.

Projecto 5: Incentivar a Cooperação Sul-Sul a Utilizar a Biodiversidade e Comercializar as Conclusões Existentes das Pesquisas

O documento quadro da NEPAD compromete a África a criar uma plataforma africana sobre biotecnologia. Articula dois objectivos inter-relacionados da plataforma. O primeiro é “gerar uma massa crítica de conhecimentos tecnológicos em áreas alvo que apresentem um potencial elevado de crescimento” a partir da biodiversidade e o segundo é “aproveitar a biotecnologia para desenvolver a rica biodiversidade de África e... melhorar a produtividade agrícola e os produtos farmacêuticos”.

Várias instituições africanas inventaram uma série de coisas novas e descobertas que ainda estão para ser comercializadas por falta de assistência técnica e financeira. Estas descobertas muitas vezes são investimentos mortos. É preciso lançar um programa imenso para comercializar as descobertas dessas pesquisas.

Para isso serão realizadas as seguintes actividades:

1. Analisar (i) instituições e iniciativas do sector público e do privado, abordagens e iniciativas envolvidas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade; (ii) políticas e estratégias nacionais e regionais relativas à regulação, aplicação, conservação da biodiversidade e realizar estudos de caso.
2. Definir modalidades, medidas e objectivos para gestão sustentável e uso da biodiversidade com base nas oportunidades e ameaças identificadas.

3. Identificar actividades como parte da estratégia para implementação e demonstração específica de projectos; identificação de parceiros de implementação.
4. Implementar o projecto e avaliar aprendizagens para facilitar a orientação de políticas e incentivar empresas e investidores para a exploração sustentável do potencial de biodiversidade.
5. Iniciar esforços determinados para comercializar as descobertas da pesquisa existentes.

5.1.4 Medidas Institucionais para Implementação

O Bureau do CAMI trabalhando estreitamente com as CERs devia estabelecer Comitês de Pilotagem Regionais para supervisionar a implementação. Os parceiros relevantes a trabalhar no terreno devem ser incluídos nestes Comitês.

PROGRAMA 5.2: POLÍTICAS DE RESPOSTA À INOVAÇÃO INDUSTRIAL

5.2.1 Descrição

É essencial estabelecer uma sequência para as políticas de resposta à inovação industrial. Incentivos fiscais como subvenções podem entrar em funcionamento só depois duma massa crítica destes recursos humanos tecnicamente formados ter sido desenvolvida. Além da criação dum conjunto de pessoal formado tecnicamente, que surgiria como empresários técnicos e trabalhadores qualificados noutras firmas para uma ligação em rede eficaz, o estado devia encorajar impactos positivos de empresas estrangeiras através duma série de instrumentos. Um nível elevado de educação não significa necessariamente a criação automática de dinamismo tecnológico e produtividade equivalente, se não for afastada e inactividade institucionalizada em P&D. O que é necessário é uma sequência apropriada da implementação de políticas e instrumentos de inovação nacional.

Com um ambiente propício para aprendizagem e inovação tecnológica, a fonte de crescimento dinâmico pode ser devidamente promovida através da combinação de capacidades tecnológicas, organizacionais, institucionais e humanas. Uma análise detalhada dos instrumentos de políticas nos países revela a eficácia de instrumentos de políticas de inovação públicas, tanto fiscais como não fiscais, que cada país emprega para estimular investimentos em P&D no sector empresarial, com diferentes graus de sucesso.

As fontes de inovação podem ser atribuídas a actividades formais de P&D por institutos de pesquisa, universidades e firmas e a uma quantidade de actividades não P&D, por ex: compra de bens de capital. Os países africanos são em geral considerados plataformas para operações de montagem do tipo enclave ou, na melhor das hipóteses, imitadores de tecnologias, que são geralmente importadas dos países desenvolvidos. Não se espera que as empresas nos países em desenvolvimento atribuam recursos a P&D para reinventarem a roda apenas. A abertura dos seus regimes de produção e comércio podia facilitar o fluxo de tecnologia. O que é preciso é P&D adaptativa de tecnologia importada a ser adaptada às condições locais. O resultado é uma questão de escolha de políticas.

5.2.2 Objectivos do Programa

Os objectivos do programa podem ser classificados em geral como:

- (a) Avaliar a amplitude e eficácia de sistemas de inovação industrial regionais, nacionais e sectoriais;

- (b) Lançar-se em iniciativas continentais e regionais para fortalecer sistemas de inovação;
- (c) Aumentar a oferta de recursos humanos com formação técnica;
- (d) Estabelecer e melhorar infra-estruturas tecnológicas;
- (e) Garantir incentivos fiscais e não fiscais para P&D adaptativa e inovação;
- (f) Promover capital para empreendimentos tecnológicos; e
- (g) Estender maiores repercussões positivas de companhias estrangeiras às companhias locais

5.2.3 Projectos Indicativos e Actividades

Para realizar os objectivos acima, serão implementados os seguintes projectos e actividades:

Projecto 1: Implementar a Iniciativa Tecnologia e Inovação Africana

O conceito da Iniciativa Tecnologia e Inovação Africana (ATII) baseia-se numa resposta abrangente à exclusão tecnológica que prevalece em África. Pretende ser uma intervenção de amplo alcance para conseguir a introdução gradual e o melhoramento do conteúdo tecnológicos de produtos e processos através do continente. O conceito de ATII foi adoptado pelos Chefes de Estado da UA em Janeiro de 2008 como parte do *Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)*.

Os fins e objectivos da ATII são, entre outros: preencher a lacuna entre as necessidades da indústria em tecnologia, as demandas do mercado emergente e a base tecnológica; estimular a transferência e a difusão de novas tecnologias e inovações; ligar as organizações do governo, o sector privado e as instituições financiadoras no terreno para permitir que o sector industrial melhore a sua capacidade tecnológica e de fabrico a fim de fazer face à procura de mercados globais competitivos e satisfazer critérios de qualidade e ambientais; e seguir os últimos acontecimentos em tecnologias de ponta. As cinco áreas prioritárias identificadas são:

- Rede Africana de Centros de Design;
- Rede Africana de Centros de Teste, Certificação e Avaliação do Cumprimento de Normas;
- Rede Africana de Centros de Transferência de Tecnologia;
- Rede Africana de Centros de Apoio ao Empreendimento;
- Rede Africana de Centros de Cumprimento de Normas Ambientais.

Para este efeito, são previstas as seguintes actividades:

1. Desenvolver um estudo de viabilidade completo para o estabelecimento dos centros acima
2. Estabelecer uma Unidade de Gestão do Projecto, que terá a tarefa de iniciar, promover, coordenar e mobilizar financiamento para cada rede.
3. Conseguir um nível elevado de coordenação com esforços de desenvolvimento de tecnologia.
4. Aproveitar a experiência da Iniciativa Capacidade Produtiva Africana na implementação da ATII.
5. Mobilizar apoio para o desenvolvimento de negócios e investimento em novos empreendimentos, em especial para a Diáspora Africana.

Sistemas de Incentivo Fiscal e Não Fiscal para P&D Adaptativa e Vias não P&D para a Inovação a Nível da Empresa

Em muitos países africanos a criação de novo conhecimento ainda está confinada a institutos de pesquisa do governo e a universidades e estas tendem a estar isoladas do sistema de produção devido à falta de sistemas apropriados de incentivos para comercializar as descobertas existentes da pesquisa. Como resultado, o empreendimento continua desligado da produção de conhecimento, limitando tanto a sua competitividade como o desenvolvimento económico. Para mudar a situação, os responsáveis por políticas e os investigadores nos países em desenvolvimento acreditam cada vez mais que as empresas, tanto no sector privado como no público, devem ser incentivadas a atribuir mais recursos à produção de nova tecnologia, por exemplo, através de pesquisa e desenvolvimento (P&D) ou de outras actividades de produção. A verdadeira questão tem a ver com os elevados custos da pesquisa e da inovação a nível da empresa. Intervenções políticas adequadas podem reduzir o custo da pesquisa a nível da empresa.

Contudo, este processo pode ser dificultado pela ameaça de falhas graves do mercado no financiamento de P&D e pelo facto do eventual rendimento financeiro poder ser insuficiente em si para atrair o investimento necessário e daí a necessidade de incentivos fiscais e não fiscais para incentivar a inovação a nível da empresa. Para se conseguir isto, são sugeridas as seguintes actividades:

1. Aumentar as subvenções do governo, o financiamento dos doadores e a ajuda multilateral para comercializar as descobertas existentes da pesquisa de instituições, em estreita cooperação com empresas.
2. Conceder subvenções e incentivos fiscais para P&D realizada por empresas em cooperação com universidades e instituições.
3. Criar consórcios de PME's para reduzir os custos de fazer pesquisa a nível da empresa, com incentivos fiscais e não fiscais atractivos.
4. Facilitar a aquisição e adaptação de tecnologia para a via adaptativa para a inovação P&D e não P&D

Project 3: Facilitar as Repercussões do IDE na Capacidade Inovadora Interna

Estão a ter lugar discussões intensas sobre os efeitos directos e indirectos das repercussões do IDE no reforço da capacidade interna. As repercussões positivas geralmente ocorrem através da contribuição para maior produtividade, mudanças na composição do produto e da exportação, P&D realizadas por sucursais estrangeiras e emprego e formação. As repercussões indirectas podem ocorrer através da colaboração com instituições locais de P&D, transferência de tecnologia para produtos locais a jusante e a montante, efeitos da presença de sucursais estrangeiras na conclusão e na eficiência de produtores locais e o movimento de pessoal formado. Para criar repercussões positivas de empresas estrangeiras deve haver uma base científica e tecnológica de nível mínimo num dado país.

Os países podem impor condições a corporações transnacionais para que gastem parte dos seus rendimentos na promoção de capacidades inovadoras nacionais? O processo de pressões competitivas para eficiência nos lucros, incidência do progresso técnico e mudança para P&D e produtos resultantes da inovação fará com que haja mais esforço tecnológico nos países em desenvolvimento? Os grandes mercados domésticos, a mão-de-obra qualificada, a infra-estrutura física e incentivos fiscais são requisitos prévios fundamentais para estender os efeitos da repercussão do IDE nas capacidades dos países? Quais são as compensações entre atrair IDEs e utilizá-los como meios

eficazes de aprofundamento tecnológico? O impacto do IDE no reforço de capacidades depende da dimensão do fosso tecnológico/ de produtividade entre empresas estrangeiras e nacionais? Qual é a melhor forma de introduzir formação e transferência de competências? Para responder às questões acima, são sugeridas as seguintes opções em termos de políticas e actividades:

- (a) Impor condições a empresas estrangeiras para que gastem parte do seu lucro líquido no reforço da capacidade inovadora nacional.
- (b) Melhorar as capacidades adaptativas de empresas nacionais para que adquiram, adoptem, adaptem, aprendam e inovem juntamente com empresas estrangeiras.
- (c) Expor cientistas universitários e engenheiros a novas dinâmicas de fazer negócios conseguindo-lhes emprego em empresas estrangeiras por um dado período e utilizando o novo conhecimento e novas capacidades para converter laboratórios seleccionados em fábricas dinâmicas.
- (d) Criar sistemas de incentivo para alargar as repercussões de empresas estrangeiras a empresas nacionais.

5.2.4 Medidas Institucionais para Implementação

O Bureau da CAMI, trabalhando estreitamente com as CERs, devia criar Comitês de Pilotagem Regionais para supervisionar a implementação. Parceiros e peritos relevantes na área devem ser incluídos nestes comités.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 6: FINANCIAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

PROGRAMA 6.1: MOBILIZAÇÃO INTERNA E ATRIBUIÇÃO DE RECURSOS

6.1.1 Descrição

Para que haja financiamento do desenvolvimento industrial, este tem que ser feito pelos próprios africanos a nível nacional, regional e continental. Contudo, a taxa actual de poupanças (nas famílias bem como nos sectores público e corporativo), é geralmente baixa em África comparada com outras regiões em desenvolvimento. Segundo um estudo do Banco Mundial (2007), a África Subsariana tem a taxa de poupanças mais baixa de qualquer região em desenvolvimento. Em 2005, as poupanças domésticas brutas na região representavam 17.6% do PIB, comparado com 26% no Sul da Ásia, 24% na América Latina e Caraíbas e quase 42.9% em países do Leste Asiático e Pacífico.

A intermediação financeira é um veículo importante, que não só transforma as poupanças em investimento mas também promove poupança e investimento na economia. Há a necessidade dum sistema financeiro a funcionar bem no continente, que possa mobilizar recursos eficazmente e atribuí-los a oportunidades de investimento mais produtivo. Além disso, é importante notar os desafios de transformar as poupanças domésticas em investimento. A procura de intermediação financeira no continente da parte de famílias e firmas é alta, apesar dos níveis baixos de rendimento. Contudo, o sistema financeiro africano não conseguiu satisfazer a procura de intermediação financeira sobretudo por causa da estrutura fragmentada e segmentada do sector financeiro. Serão necessários recursos financeiros substanciais para apoiar uma industrialização africana acelerada.

6.1.2 Objectivos do Programa

1. Criar um mecanismo para mobilizar os recursos financeiros internos para o programa de industrialização.
2. Estabelecer/ reforçar os mercados financeiros e de capitais internos (instituições bancárias e não bancárias) para integrar o financiamento para a indústria.
3. Proporcionar estruturas de meso-financiamento para o lançamento e melhoramento de PMEs

6.1.3 Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Avaliar o Crédito e Recursos Financeiros Privados

O sector financeiro é composto predominantemente por bancos. Contudo, o sector bancário existente não possui nem a capacidade nem a flexibilidade para financiar programas de industrialização. O desenvolvimento de sistemas bancários exigirá as seguintes actividades:

1. Rever o quadro legal e regulador da banca nacional.
2. Abrir o sector bancário à concorrência e simplificar o processo de licenciamento de acordo com as melhores práticas internacionais.
3. Apoiar o desenvolvimento de capacidades em bancos africanos e facilitar a formação de bancários.

4. Desenvolver agências nacionais de registo de crédito e classificação para facilitar o acesso ao crédito.
5. Estudo de viabilidade sobre o estabelecimento de agências de facilitação do acesso ao crédito, fazendo a ligação com instituições financeiras bancárias e não bancárias para apoiar o acesso da indústria ao crédito, fornecendo esquemas de subscrição de dívida e de garantia de crédito. Esta agência ficará instalada nos Departamentos do Comércio e Indústria a nível nacional.
6. Promover o estabelecimento de mecanismos de financiamento alternativos, como capital de especulação.

Projecto 2: Facilitar o Reforço de Mercados de Capitais Regionais e Nacionais

Notando o crescimento encorajador do mercado de capitais em África e dada a sua fraca capitalização do mercado, é importante considerar a opção de desenvolver este sector para apoiar programas de industrialização africanos:

1. Apoiar o desenvolvimento de quadros legais e reguladores para estimular o desenvolvimento de mercados de capitais.
2. Desenvolver e dar incentivos para que as empresas se inscrevam nas bolsas de valores locais.
3. Apoiar o desenvolvimento da capacidade nacional para o desenvolvimento dum mercado de capitais vibrante.
4. Promover a confiança pública e privada e melhorar a eficiência da informação com regras de revelação e normas de prestação de contas.
5. Desenvolver sistemas eficientes de comércio e pagamento de títulos.
6. Comercializar a bolsa de valores internacionalmente para atrair fluxos de carteiras de acções estrangeiras.
7. Encorajar as empresas africanas a inscreverem-se em bolsas de valores internacionais para atraírem capital estrangeiro.

Projecto 3: Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs)

As DFIs normalmente estão adaptadas para financiar projectos de desenvolvimento. São necessárias devido a falhas do mercado, quando uma intervenção no mercado financeiro podia ultrapassar o risco de aversão de credores e empresários. As DFIs tratam de imperfeições do mercado, políticas ou burocráticas, e das assimetrias resultantes do risco financeiro real ou aparente, fornecendo um pacote estruturado de apoio aos seus clientes. Em particular, tratam das ineficiências do mercado de capital em que o capital não está disposto ou não pode suportar o risco de atribuir capital a países, projectos ou clientes que não sejam considerados mercedores de crédito.

As características especiais das DFIs resultam da sua capitalização, consistindo geralmente em capital próprio do sector público e transferências financeiras, muitas vezes aumentados por empréstimos ou subvenções de fontes privadas e doadores. Em África há várias DFIs a nível nacional, sub-regional, regional e continental, incluindo IDC, DBSA, banco PTA, BAD e Banco Islâmico. Estas instituições foram criadas inicialmente para promover o desenvolvimento económico no continente. Há a necessidade duma nova abordagem das DFIs para assegurar a viabilidade financeira das instituições e maximizar a contribuição do acesso destas instituições ao financiamento para sectores e segmentos marginalizados da economia. As actividades indicativas para este projecto são as seguintes:

1. Revigorar as DFIs nacionais, regionais e continentais com uma incidência renovada no apoio ao crescimento industrial.
2. Dinamizar instituições financeiras multilaterais como o Banco Europeu de Investimento, BIRD, MIGA e outras para o financiamento industrial.
3. Desenvolver opções para mecanismos inovadores de financiamento como parcerias públicas-privadas, fundos de desenvolvimento e Veículos para Fins Especiais (SPVs).
4. A mobilização de fundos estáveis a longo prazo por fundos de pensão, banca e sectores empresariais reduzirá a dependência do financiamento do governo e de doadores.

Projecto 4: Estabelecimento de Fundos Nacionais de Riqueza Soberana para Industrialização

O aumento recente das receitas do estado em países ricos em recursos em África, através dum aumento rápido na principais mercadorias, tem que ser guiado, acima do desenvolvimento social necessário para cumprir os ODMs, para investir em processamento, fabricação e serviços que capacitem as PME's no continente. Aqui, o papel dos Ministérios da Indústria e Finanças é vital pois são intervenientes chave para o estabelecimento de tais fundos, definição dos instrumentos de políticas que disponibilizam esses fundos e dos indicadores de desempenho que seriam necessários para a sua utilização prudente. Esses fundos, juntamente com políticas de aquisição do Governo em obras públicas e manutenção dos bens nacionais, podem fazer uma grande diferença para acelerar a industrialização. As actividades indicativas para este projecto são as seguintes:

1. Realizar um estudo de viabilidade para o estabelecimento de fundos de riqueza soberana para industrialização.
2. Realizar um estudo do âmbito dos Fundos de Riqueza Soberana existentes (como os dos Estados do Golfo, países nórdicos e outros exemplos de melhores práticas).
3. Estabelecer o fundo, a sua modalidade operacional bem como a estrutura de gestão.
4. Desenvolver um quadro para identificar e apoiar projectos prioritários
5. Criar um sistema de monitorização independente tanto para os fundos como para os projectos.

PROGRAMA 6.2: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CONTINENTAL E FUNDO DE INVESTIMENTO REGIONAL

6.2.1. Descrição

O propósito principal deste programa é estabelecer fundos de investimento regional e continental coordenados que sejam canais dedicados de financiamento para o desenvolvimento industrial. Em segundo lugar, definir o âmbito, promover e procurar investimento para categorias espaciais integradas, que facilitem o empreendedorismo industrial. O seu estabelecimento é uma prioridade para que os recursos internos e externos sejam utilizados com prudência para projectos industriais.

6.2.2. Objectivos do Programa

O programa pretende propor estratégias e acções para mobilizar recursos financeiros e outros para apoiar a implementação de projectos regionais do AIDA. Concretamente, incidirá em:

- (a) Estabelecimento de Fundos de Desenvolvimento Industrial Continental e Regional
- (b) Desenvolvimento de Carteiras de Projectos de Investimento Financiáveis.

6.2.3. Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Consolidação do Fundo de Desenvolvimento Industrial da UA

Há a necessidade de consolidar e concretizar o plano da UA de um Fundo Africano para financiar o desenvolvimento de capacidade industrial e produtiva e projecto de infra-estrutura. Este fundo, proposto sob os auspícios da NEPAD ou do Banco Africano de Desenvolvimento, trabalhando estreitamente com instituições multilaterais de financiamento do desenvolvimento como MIGA, BIRD e outras, seria um catalizador para a mobilização de capital de mercados de capital internos e internacionais, aproveitando as contribuições dos governos africanos e canalizando a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

As actividades indicativas para este projecto são:

1. Assegurar que o Fundo é apropriado aos objectivos de industrialização regional.
2. Assegurar que existem relações sólidas e diálogo entre o Fundo e bancos de desenvolvimento regional/DFI e que coordenará os esforços a nível regional.
3. Assegurar que o Fundo proporcionará capital rápido e financiamento da dívida para projectos de desenvolvimento da capacidade produtiva.
4. Assegurar que o Fundo será incentivado a estabelecer fundos para fins especiais (específicos dum sector) a nível regional.

Projecto 2: Estabelecimento de Fundos de Investimento Regional

Normalmente, a assistência financeira, através de estudos técnicos, empréstimos concessionais e financiamento limitado de infra-estruturas, pode ser reservada e oferecida para facilitar e complementar o melhoramento material. As despesas de melhoramento de maquinaria e equipamento podem corresponder a 80% das despesas totais. Subsídios limitados e subvenções podem ser também necessários para apoiar o investimento para modernização industrial. Portanto, é necessário integrar um quadro apropriado de financiamento no programa de melhoramento. Apesar de algumas excepções notáveis, as firmas, em muitas economias africanas, são confrontadas com custos muito elevados de capital (geralmente superiores a 20% por ano) e com a incapacidade de oferecer terrenos comuns como garantia. A base de capital dos bancos de desenvolvimento da indústria e de PME refinanciam o crédito oferecido por bancos comerciais às empresas, é limitada. *Corpus fundus* para empréstimo sem garantias são praticamente inexistentes.

Quando se encontra disponível, o crédito através de empréstimos a prazo geralmente tem períodos de reembolso muito curtos, de dois anos ou menos. Além disso, os instrumentos financeiros e mercados de acções estão a desenvolver-se gradualmente apesar do enorme potencial existente no continente. Tais fundos podiam servir de fontes principais de financiamento para modernizar as PME. Além disso, também serão desenvolvidos mecanismos de financiamento nacionais para financiar programas de modernização. Alguns países merecem modernizar os mecanismos nacionais existentes, enquanto que noutros é preciso estabelecer novos mecanismos. Os países que pretendem iniciar programas nacionais de modernização podem decidir criar um fundo nacional único.

As actividades indicativas para este projecto são:

- (a) Realizar estudos de viabilidade para o estabelecimento de fundos regionais de investimento para a indústria.
- (b) Definir e estabelecer modalidades de capitalização e gestão dos fundos.
- (c) Estabelecer e pôr em funcionamento estruturas de gestão independente para os fundos.
- (d) Monitorizar operações e investimentos financiados pelos fundos.

- (e) Assegurar que há coordenação entre as prioridades de investimento dos fundos regionais e o fundo continental da UA.

Projecto 3: Desenvolvimento de Carteiras de Projectos de Investimento Financiáveis

Em colaboração com as agências nacionais de promoção do investimento e com agências técnicas, os Fundos de Investimento Regional deviam facilitar o desenvolvimento de projectos financiáveis. Embora os projectos orientados para o sector privado sejam uma prioridade para o fundo, os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas que tenham um impacto directo na estimulação do crescimento ou da eficiência da indústria seriam também uma prioridade. Nestes projectos, devem ser incentivados modelos de investimento de parcerias públicas-privadas. As actividades indicativas específicas deste projecto são as seguintes:

1. Criar um mecanismo para reforçar a capacidade a nível sub-regional ou do país para a realização de estudos de viabilidade para vários sectores industriais.
2. Realizar estudos de investimento sectorial e preparar relatórios de pré viabilidade sobre projectos de elevada prioridade.
3. Promover capital de especulação.
4. Desenvolver estratégias apropriadas de marketing de investimento e criar um mecanismo para comercializar projectos de investimento prioritários a nível nacional e internacional.
5. Estabelecer uma plataforma do sector público-privado para consultas sobre projectos de investimento em larga escala.
6. Desenvolver uma base regional de investidores para apoiar a formulação de políticas e a elaboração duma estratégia de promoção do investimento a nível nacional e sub-regional.

PROGRAMA 6.3: MECANISMO DE PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO, MONITORIZAÇÃO E SUB-CONTRATAÇÃO

6.3.1: Descrição

O IDE tem desempenhado um papel importante no crescimento económico de regiões como o Este e Sudeste Asiático melhorando assim a competitividade e a orientação da exportação. Contudo, muitas pesquisas e estudos têm mostrado que a África Subsariana não está a receber uma proporção igual de fluxos de IDE. Segundo o Relatório Mundial de Desenvolvimento (2007), cerca de 30% do IDE foi atribuído aos países em desenvolvimento. Grande parte dos fluxos em África foi dirigida para a exploração de recursos em países ricos em recursos naturais.

Vários estudos sugerem níveis diferentes de entrada do IDE na África Subsariana, indo de 1% a 3% dos fluxos mundiais. A escassez e a qualidade dos fluxos de IDE em África, em particular na África Subsariana e o efeito negativo disto nos esforços para alcançar o crescimento sustentável pela maioria dos países africanos, são do conhecimento de todos. A globalização crescente e os desafios inerentes sublinham a necessidade de tratar dos factores que impedem o fluxo de investimentos em sectores produtivos em África. O crescimento competitivo através de investimentos é essencial para a realização de alguns dos objectivos de desenvolvimento de África como a redução da pobreza, diversificação económica, desenvolvimento equilibrado e acumulação de educação e competências para reforço de capacidades.

6.3.2: Objectivos do Programa

O objectivo do programa é melhorar a qualidade e estimular um aumento acentuado nos fluxos de investimento externo em sectores produtivos africanos criando um ambiente que atraia o investimento. Além disso, através duma melhor monitorização dos investimentos, o objectivo é conseguir gestão e governação mais eficazes e uma tomada de decisão mais informada por parte do investidor privado através de melhor recolha de informação e acesso. Para atingir estes objectivos, o programa deve produzir três produtos principais:

1. Criar um ambiente atractivo e desenvolver incentivos para fluxos de IDE.
2. Uma plataforma de dados e informação para facilitar a monitorização do investimento em África. Relacionado com isto estariam capacidades melhoradas das instituições nacionais e regionais utilizarem a plataforma para formulação de políticas e estratégias com base em evidências e tendo como alvo servir o investidor.
3. Melhor dinamização do investimento para estimular investimentos internos e o desenvolvimento de indústrias fornecedoras.

6.3.3: Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Estabelecer Rede de Referência de Fornecedores Nacionais e Intercâmbio de Parcerias (SPXs)

Está ligado à Plataforma de Monitorização do Investimento o Programa de Subcontratação e Intercâmbio de Parcerias (SPX) para ajudar as empresas locais a tornarem-se fornecedoras ou sub-fornecedoras de corporações transnacionais, empresas estatais e outras grandes empresas. A rede serve de portal informal para identificar e combinar fornecedores locais e compradores com base nas necessidades deste último. Ao ligar o SPX à Plataforma de Monitorização do Investimento, a metodologia está a ser melhorada para incluir referências dos fornecedores e promoção do investimento para desenvolvimento do fornecedor. Este programa também apoiará os fornecedores para que alcancem os níveis de competitividade necessária para penetrar nas cadeias de fornecimento dos principais fornecedores. As actividades específicas deste projecto são:

Atrair o IDE Necessário

A atracção do investimento directo externo para a industrialização acelerada africana exigirá que os governos africanos garantam estabilidade política e económica. A estabilidade macroeconómica e a boa governação são sempre a principal pré condição para atrair o IDE. As reformas macroeconómicas devem assegurar a redução dos défices fiscais e da inflação e reforçar os sistemas financeiros. As actividades indicativas deste projecto são:

1. Os países devem iniciar a revisão da política de investimento (IPRs) visando melhorar o clima de investimento e familiarizar o sector privado internacional com oportunidades de investimento.
2. A assinatura de acordos bilaterais de investimento (BITS) com o objectivo de proteger e promover o IDE.
3. Reforçar as agências de promoção do investimento a nível nacional, regional e continental e cooperar com a Associação Mundial de Agências de Promoção do Investimento (WAIPA).
4. É importante reconhecer os fluxos de investimento intra-africanos. Devem ser instituídos sistemas para promover e facilitar o fluxo livre de investimento para o continente.

Desenvolver capacidade interna de monitorizar e facilitar o investimento externo em sub-sectoros prioritários da indústria

Realizar pesquisas sobre investidores e consolidar informação sobre a plataforma de monitorização do investimento para a tomada de decisão dos parceiros do investimento e reforço da capacidade das IPAs. Este programa incidirá na necessidade de mudar o investimento de estratégias gerais para estratégias com base em dados. O elemento central deste programa é uma série de pesquisas sobre investidores estrangeiros e nacionais a serem realizadas nos países africanos. As pesquisas esclareceriam a diversidade de investidores externos em termos de dinamismo, impacto nas economias locais com respeito ao emprego e à criação de valor acrescentado, percepção dos riscos e factores de localização. Esta análise forneceria aos responsáveis pelas políticas e às agências de promoção do investimento informação essencial permitindo-lhes escolher mais eficazmente os investidores, aumentar o seu impacto no desenvolvimento local e adaptar os serviços necessários e as intervenções em matéria de políticas.

São actividades indicativas deste projecto:

1. Estabelecer estruturas de governação, realizar campanhas de sensibilização e estabelecer uma Plataforma de Monitorização do Investimento.
2. Desenvolver a Plataforma de Monitorização do Investimento que será uma base de dados interactiva on-line permitindo aos utilizadores interrogar os dados.
3. Desenvolver as capacidades de instituições nacionais e regionais através de programas de reforço de capacidades para levar a cabo e investigação e elaboração de estratégias de promoção do investimento.
4. Compilação e publicação de Relatórios de Pesquisa de Investidores bianuais.
5. Referenciar os fornecedores e dar formação para cumprir as normas internacionais.
6. Estabelecer mecanismos para aquisição e disseminação de informação sobre a oferta e/ou o fornecedor.
7. Estabelecimento de reforço de laços mutuamente benéficos entre investidores externos e o sector nacional.
8. Criar uma plataforma de monitorização para SPXs.

PROGRAMA 6.4: UTILIZAR AS REMESSAS AFRICANAS NA INDUSTRIALIZAÇÃO

6.4.1 Descrição

Tal como outros grupos de imigrantes, as Diásporas Africanas estão envolvidas em muitas actividades que beneficiam a sua terra natal. Uma estimativa do Banco Mundial de fluxo comprovado de remessas para a África Subsariana em 2007 era de \$11 mil milhões. Estas remessas fornecem fundos muito necessários para a segurança familiar e redução da pobreza. As remessas também ajudam a apoiar os membros da família e amigos para iniciarem e expandirem os seus negócios, construírem casas e realizarem projectos auto-financiados e investimentos.

Embora os governos africanos e a UA tenham iniciado o processo de mobilização da Diáspora, faltam políticas públicas para aproveitar estes recursos sub-utilizados em comparação com as práticas mundiais. Como resultado, as relações institucionais entre a terra natal e a Diáspora são muito fracas ou inexistentes. A procura de opções políticas globais práticas para aproveitar os recursos da Diáspora

levou vários países africanos e o Banco Africano de Desenvolvimento⁸ a criarem mecanismos para facilitar o investimento da Diáspora Africana. Portanto, esta componente do programa baseia-se nos esforços da UA e do Banco Africano de Desenvolvimento.

6.4.2 Objectivos do Programa

O objectivo geral deste programa é criar um mecanismo para utilizar os recursos da Diáspora, incluindo financiamento para investimentos no sector industrial. Os objectivos específicos são:

1. Melhores políticas para reduzir o custo das remessas e melhorar os efeitos do investimento.
2. Estabelecer o Fundo de Investimento da Diáspora com o objectivo de aumentar os fluxos de investimento e a qualidade dos projectos para implementação em África.
3. Melhor comunicação e confiança entre as redes de investidores da Diáspora, governos africanos e sector privado, conduzindo a maior investimento.
4. Introduzir incentivos especiais para encorajar e facilitar as remessas da Diáspora.

6.4.3 Projectos Indicativos e Actividades

Estes objectivos serão conseguidos através de projectos e actividades específicos. Os seguintes são projectos indicativos que podiam ser implementados a curto e médio prazo.

Projecto 1: Melhor Ambiente de Negócios e Políticas para Atrair Recursos da Diáspora

Este projecto aproveitará o conhecimento, as finanças e a capacidade empresarial da Diáspora para melhorar o investimento no sector industrial ou sectores de apoio afins. Isto exigiria políticas e incentivos específicos para atrair recursos da Diáspora e estimular o interesse de governo nos países com populações significativas da Diáspora Africana. A estratégia para realizar este objectivo inclui: institucionalizar programas nos países participantes através de políticas operacionais do governo solicitando serviços e produtos e enviar profissionais através de pontos focais nacionais. Podia-se tentar a utilização de blocos económicos sul-sul ou norte-sul com incidência na promoção de investimentos africanos em África. Além disso, este projecto incidirá em:

1. Promulgação e implementação de políticas para atrair o investimento da Diáspora
2. Melhorar os ambientes empresariais e requisitos legais para investidores da Diáspora
3. Fornecer instrumentos financeiros e bancários como títulos com juros e contas em moeda estrangeira para os emigrantes (Diáspora) e
4. Facilitar a cooperação com bancos e sistemas financeiros nos países de origem para participarem no programa.

Projecto 2: Fundo de Investimento da Diáspora para a Indústria

Apesar do volume significativo dos fundos da Diáspora que estão a entrar em África, um problema importante é captar uma parte dos fundos para uso produtivo. Actualmente, a Diáspora conta com familiares e amigos no negócio para identificar e implementar oportunidades de investimento com resultados diversos, pois estes intervenientes locais não possuem formação. Muitas vezes os fundos são desviados e mal utilizados. Propõe-se que seja criado um fundo com a orientação do Banco Africano de Desenvolvimento, em cooperação com o Banco Mundial, para atrair fundos de investimento da Diáspora. Esse fundo podia estar aberto a alguns doadores e parceiros do sector privado com interesse específico na promoção dos objectivos do fundo. Alguns doadores na Europa já estão a apoiar o Mercado de Desenvolvimento para a Diáspora Africana na Europa (D-MADE) que é

⁸ BAD: Mobilizar a Diáspora Africana para o Desenvolvimento, AFTCD e AFTQK, 7 de Setembro de 2007

orientado para a concessão de subvenções a empresários na Diáspora que queiram estabelecer actividades empresariais em África. Ao continuar a desenvolver este projecto, as lições aprendidas com o D-MADE seriam relevantes para guiar as actividades do projecto de promoção do empreendedorismo da Diáspora. São actividades específicas adicionais no quadro deste projecto:

1. Facilitar redes de negócios e promoção do investimento através de mecanismos para os parceiros da Diáspora e da terra natal terem acesso ao investimento.
2. Identificar e promover cooperação inter-regional para o desenvolvimento de negócios, por ex: ligando os países africanos ao Brasil para investimentos em energias renováveis, às Caraíbas para exportações do agro-negócio, ao Sul e Sudeste Asiático para tecnologia da informação e comunicação.
3. Identificar instrumentos de assistência ao desenvolvimento de negócios para serviços a serem prestados a empresários na Diáspora, por ex: identificação de negócios, pesquisa do mercado local/ global, preparação dum plano de negócios, iniciar um negócio, capitalização do negócio, etc.

Projecto 3: Redes de Investidores para Facilitar Investimentos da Diáspora e Comunicação

Para facilitar o interesse de potenciais investidores, seria necessária informação sobre oportunidades de investimento com base em estudos de pré viabilidade e comunicada a redes de potenciais investidores na Diáspora. Contudo, o meio mais eficaz de comunicar e monitorizar a eficácia da informação, é canalizá-la através de redes estabelecidas da Diáspora. Seriam necessários esforços ao mais alto nível político para ligar as agências de promoção do investimento africanas com essas redes a fim de promover actividades orientadas para a Diáspora para maior impacto no desenvolvimento. Outras actividades específicas deste projecto são:

1. Organizar fóruns regulares de troca de conhecimentos sobre oportunidades de investimento, políticas operacionais do governo, procedimentos e directivas para a Diáspora.
2. Facilitar e alimentar redes relevantes de políticas sobre temas como infra-estrutura integrada sub-regional, energia, transporte e pesquisa sobre alterações climáticas e produtividade agrícola.
3. Facilitar fóruns de negócios e troca de conhecimentos entre África e a Diáspora nos EUA, Europa, América Latina e Caraíbas.

6.4.4 Medidas Institucionais para Implementação

As ideias de projecto acima podiam ser mais desenvolvidas e implementadas com a liderança do Banco Africano de Desenvolvimento em colaboração com a UA. Dada a dispersão geográfica da Diáspora Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento faria parceria com o Banco Mundial para o trabalho analítico para estabelecer o fundo e para uma possível cooperação com relação à criação e ao funcionamento do fundo.

Deve-se notar que o sucesso e a sustentabilidade do programa proposto dependerão da eficácia e solidez das medidas de parceria desenvolvidas envolvendo os principais parceiros em África por um lado, e as redes da Diáspora, por outro. Assim, a nível continental, a UA e os órgãos regionais como as CERs devem assegurar que há um empenhamento substantivo com as redes existentes da Diáspora.

CATEGORIA PROGRAMÁTICA 7: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA 7.1: PRESERVAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA GOVERNAÇÃO E NOS QUADROS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

7.1.1 Descrição

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (SD) cobre um amplo espectro de assuntos. Esta Categoria, contudo, incidirá em três aspectos do SD: económico, ambiental e Responsabilidade Social Corporativa (CSR).

A África está dotada de enormes reservas de minerais como platina, ouro, cromo, vanádio, cobalto e diamantes. A África também possui abundantes recursos agrícolas tanto a nível da flora como da fauna. Além disso, a importância do continente está a aumentar como fornecedor de petróleo, gás e outros fósseis. Infelizmente, estes minerais estão a ser explorado e exportados principalmente no estado bruto, sem muito valor acrescentado. Esta tendência é repetida na área dos recursos agrícolas.

Isto levou ao que é descrito como “Nova Luta” por recursos Africanos. Muitos países africanos têm leis e regulamentos específicos que atribuem direitos às partes quanto à exploração e ao uso de recursos naturais. Em grande medida, estas leis e direitos não são constantes em todo o continente. Em certas regiões como a SADC e a UEMOA, foram realizados esforços para harmonizar as políticas, normas e legislação relativas aos minerais.

Os parceiros, a todos os níveis, reconheceram que, para aproveitar melhor todo o potencial dos seus recursos naturais, os países africanos devem reforçar os seus sistemas de governação e as suas capacidades institucionais, incluindo as capacidades de negociar contratos.

As organizações da sociedade civil em África estão a ganhar força, e a consulta às comunidades locais no processo de desenvolvimento de projectos de exploração de minério está a tornar-se uma prática corrente. A posse e participação local estão a tornar-se também essenciais. Para responder a isto, vários países estão a rever as suas políticas e legislação sobre minérios. Esta pode vir a ser uma tendência continental.

Além disso, a tendência internacional recente é juntar algumas considerações sobre governação sob o título CSR. Muitas questões do desenvolvimento são fundamentais na agenda de CSR. Incluem normas de trabalho, direitos humanos, educação, saúde, trabalho infantil, redução da pobreza, conflito e impactos ambientais.

O Instituto Africano de Cidadania Corporativa (AICC) foi criado oficialmente em 2001. É uma organização não governamental (ONG) empenhada em ser um centro de excelência em África, promovendo o papel das empresas na construção de comunidades sustentáveis. Procura facilitar a competitividade dos países, companhias e comunidades através da prática responsável de negócios. O Instituto criou vários fóruns e centros com o objectivo de assegurar a adopção de práticas sustentáveis por empresas africanas e estrangeiras que operam em África. O Fórum de Sustentabilidade Corporativa de África (ACSF), um dos órgãos do AICC é membro do NBG (AICC 2006).

A agenda da CSR deve ser apropriada localmente para que possa contribuir significativamente para as prioridades locais de desenvolvimento, e deve ser relevante para empresas locais, quer sejam grandes ou pequenas.

7.1.2 Objectivos do Programa

O programa proposto tem como objectivo assegurar que os princípios de SD sejam incluídos em legislação, regulamentos e políticas nacionais:

1. Assegurar que as normas legais apropriadas são adoptadas para utilização eficiente dos recursos naturais africanos.
2. Assegurar que as firmas a operar em África, grandes ou pequenas, vão para além da busca do lucro e adoptam as normas de SD.
3. Assegurar que todos os parceiros, em particular estados, firmas (Empresas Industriais e PME) e sociedade civil adoptam as normas de CSR.
4. Os governos africanos devem harmonizar as normas e princípios a que todas as companhias devem aderir quanto a CSR.
5. O cumprimento das normas CSR deve ser uma condição prévia para investimento e aquisição.

7.1.3 Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Promoção de Conteúdo e Beneficiação Local em Processos Extractivos

Para evitar a exploração irresponsável dos recursos nacionais de África e assegurar conteúdo local nos processos envolvidos, é preciso criar um quadro legal favorável, que seja harmonizado a nível regional, regendo os códigos de exploração de minério e investimento. Esse quadro devia guiar as condições para a concessão de direitos de exploração.

Em parte isto exige um mapa claro da potencial beneficiação de todas as matérias-primas a serem exploradas. Envolve um banco de conhecimentos de todos os produtos finais derivados desses materiais e os passos entre a extracção e os produtos finais comercializáveis.

Além disso, devido à natureza finita dos recursos naturais, têm que ser estabelecidos fundos da futura geração de recursos seguindo as melhores práticas disponíveis na economia internacional.

Actividades

1. Investigar a possibilidade de estabelecer fundos de recursos.
2. Rever a legislação existente e emendá-la para conseguir oportunidades de beneficiação.
3. Pesquisar e criar um banco de conhecimentos dos produtos finais e das fases na sua produção.
4. Identificar processo de beneficiação viáveis que influenciem a revisão dos códigos de exploração de minérios e investimento.
5. Identificar as melhores práticas no estabelecimento da futura geração de fundos de recursos.

Projecto 2: Rede Regional para a Realização duma Agenda CSR Contextualizada

Actividades específicas do projecto:

1. Realizar seminários nacionais e regionais para disseminar princípios CSR.
2. Criar uma rede entre corporações, empresas industriais e ONGs SD para chegar a princípios contextualizados.
3. Publicitar práticas ligadas ao SD, estudos de caso de sociedades em desenvolvimento.
4. Trabalhar estreitamente com as CERs para monitorizar os progressos em práticas de CSR.

7.1. 3. Medidas Institucionais para Implementação

O projecto será conduzido por uma parceria entre o Bureau da CAMI e as carteiras de minerais e energia da UA, CERs, corporações que cumprem a WSSD e ONGs que fixam as normas de SD.

PROGRAMA 7.2: DESENVOLVER UM AMBIENTE INDUSTRIAL MAIS LIMPO E EFICIENTE EM RECURSOS

7.2.1 Descrição

A situação actual em África é de crescimento económico insustentável o que contribui para a continuação da pobreza. Isto é particularmente evidente na elevada poluição e intensidade de resíduos dos negócios e de outras organizações e no seu uso ineficaz de recursos naturais (incluindo energia, materiais e água). Estes provocam uma série de impactos directamente, em particular degradação do ambiente e perdas na produtividade, e conseqüentemente, por exemplo menor competitividade, acesso limitado ao mercado e não satisfação da procura de consumidores locais e internacionais de bens e serviços amigos do ambiente.

Desde 1994, algumas agências das NU (nomeadamente ONUDI e UNEP) têm estado a colaborar e estabeleceram Centros Nacionais de Produção Mais Limpa (NCPCs) em muitos países em desenvolvimento. Em África, o programa foi estabelecido em: Egipto, Etiópia, Quénia, Marrocos, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Tunísia, Uganda e Zimbabué. Centros semelhantes serão criados em breve no Ruanda e na Nigéria.

Estes NCPCs sensibilizam sobre produção mais limpa, formam pessoal da indústria e profissional, fazem demonstrações nas fábricas, dão assessoria em matéria de políticas e ajudam na transferência de tecnologias amigas do ambiente. Colectivamente os NCPCs africanos forneceram a rampa de lançamento para a Mesa Redonda Africana sobre Consumo e Produção Sustentável (ARSCP), que fornece o mecanismo para a região africana se dedicar ao Processo de Marraquexe para desenvolver e implementar programas quadro regionais e nacionais por 10 anos para consumo e produção sustentáveis.

Na sequência duma avaliação do programa NCPC em 2007/08, estes centros estão a ser reforçados. Para realçar a contribuição essencial de conceitos, métodos, técnicas e políticas de CP a fim de melhorar o desempenho ambiental e a utilização de recursos à escala local e mundial, e os benefícios ambientais, económicos e sociais resultantes, o enfoque do programa estende-se à Produção Mais Limpa e Eficiente em Recursos (CREP). A CREP realça que a produção mais limpa e a eficiência de

recursos estão intimamente interligadas de modo que não se consegue uma produção mais limpa sem eficiência de recursos e vice-versa.

7.2.2 Objectivos do Programa

O objectivo do programa é contribuir para o desenvolvimento industrial sustentável e o consumo e a produção sustentáveis em África. Isto deve ser realizado através da ampla implementação de conceitos, métodos, técnicas e políticas CREP por empresas e outras organizações, governos a todos os níveis e fornecedores de financiamento e de serviços técnicos, financeiros e outros (ou seja o resultado geral). O cumprimento dos objectivos do programa reflecte-se nas melhorias em duas condições alvo, respectivamente reduções na poluição e intensidade de resíduos das empresas e de outras organizações e aumentos na produtividade do uso de recursos pelas empresas e outras organizações. Colectivamente, estas condições alvo contribuirão para vários benefícios tanto primários, em particular diminuir a degradação do ambiente e ganhos na produtividade, como secundários, em particular melhorias na competitividade e no acesso aos mercados e satisfazer as necessidades do consumidor em termos de produtos e serviços amigos do ambiente.

O programa inclui quatro categorias intermédias de resultados que contribuem para o resultado geral, tanto individual como sinergeticamente. São:

1. Ligação eficaz em rede e aprendizagem com colegas entre redes de instituições nacionais competentes.
2. Implementação da CREP por empresas e outras organizações com produtividade de recursos verificada, benefícios ambientais e económicos.
3. CREP integrada em políticas e finanças da empresa.
4. Capacidades de gestão de tecnologia criadas para transferência, adaptação e repetição de EST e desenvolvimento sustentável de produtos.

7.2.3 Projectos Indicativos e Actividades

Projecto 1: Estabelecimento duma Rede Pan-Africana de Fornecedores de Serviços Nacionais de Produção Mais Limpa

Para ajudar a ampla implementação e disseminação de conceitos, métodos, técnicas e políticas CREP, a rede de fornecedores de serviços CREP seria alargada para cobrir toda a África. Seria criada uma rede de fornecedores de serviços CP regionais, nacionais e sub-nacionais, através de instituições próprias (como NCPCs) ou pontos focais nas organizações existentes. Estes fornecedores de serviços CP, dirigidos nacionalmente, ajudariam as empresas, os governos e outros parceiros a desenvolver, avaliar e implementar oportunidades de CREP.

A expansão ulterior da rede por toda a África incluirá as seguintes acções chave:

1. Estabelecimento de centros ou programas regionais, nacionais e/ou sub-nacionais capazes de prestar serviços CREP em locais ainda não abrangidos pelos NCPCs existentes.
2. A ligação em rede entre NCPCs e outros fornecedores de serviços CREP em África, para assegurar a disseminação efectiva de informação e recursos e promover a aprendizagem dos colegas e o desenvolvimento de capacidades (em conexão com as actividades da ARSCP).

3. Programas em curso de reforço de capacidades e programas de formação para maior desenvolvimento profissional e institucional dos NCPCs de outros fornecedores de serviços CREP.

Projecto 2: Iniciativas Temáticas e Sectoriais

Além das iniciativas nacionais (cobertas no Projecto 1), propõe-se que o Programa inclua algumas iniciativas temáticas e sectoriais que abrangeriam vários países de diferentes partes de África. As iniciativas temáticas procurariam promover a aplicação de CREP para resultados de desenvolvimento sustentável específicos, por exemplo, iniciativas temáticas em: eficiência energética através de CREP; gestão correcta de produtos químicos através de CREP; prevenção da poluição através de CREP; etc. Numa estrutura de projecto do tipo matriz, estas estariam ligadas às iniciativas sectoriais, incidindo em oportunidades e tecnologias específicas para CREP num dado sector industrial. Foi realizado trabalho preliminar para identificar actividades para CREP nos sectores de açúcar, pescas e turismo.

Cada uma destas iniciativas incluiria:

- i) Sensibilização, formação profissional e desenvolvimento de instrumentos e recursos de informação.
- ii) Demonstrações práticas de CREP para o resultado temático ou no sector priorizado em todos os países que participam na iniciativa.

Projecto 3: Políticas e Finanças para CREP

Além do trabalho predominantemente técnico dos projectos 1 e 2, propõe-se que o Programa tenha uma componente de apoio sobre políticas favoráveis e integração de CREP no financiamento da empresa. O objectivo seria desenvolver conjuntos de directivas flexíveis que possam ser utilizadas por governos e instituições financeiras para desenvolver intervenções políticas específicas e/ou instrumentos financeiros que incentivariam as empresas a investir em CREP. Seria feita uma tentativa para levar as instituições financeiras a estabelecer linhas de crédito ou micro-financiamento para ajudar empresas com falta de liquidez, em particular no segmento micro e pequena escala, para investirem em equipamentos amigos do ambiente.

7.2. 4 Medidas Institucionais para Implementação

Os projectos acima e outros afins serão desenvolvidos e implementados através da rede de NCPCs em estreita colaboração com ARSCP e UNEP. As acções específicas para estabelecer esta rede incluem o seguinte:

- i) Elaborar e adoptar critérios de adesão como membro e directivas para os centros participantes;
- ii) Identificar falhas chave na cobertura geográfica e/ou sectorial da rede no continente africano e criar centros complementares onde for necessário; e
- iii) Estabelecer uma plataforma de gestão do conhecimento para troca de experiências e conhecimentos CREP no continente africano e organizar eventos periódicos de ligação em rede, intercâmbio e formação.

PROGRAMA 7.3: ABORDAR A DIMENSÃO AMBIENTAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7.3.1 Descrição

Entende-se que o ambiente compreende o **ambiente biofísico** que é a simbiose entre o ambiente físico e formas de vida biológica no ambiente e inclui todas as variáveis que compreendem a biosfera da terra. Noutros contextos, ambiente também pode ser utilizado para nos referirmos ao que nos rodeia, a um meio ou o que rodeia um sistema ou tópico. O âmbito do ambiente biofísico é tudo o que está contido na biosfera, que é a parte da Terra onde nasce toda a vida. Os ecossistemas, dos quais há vários tipos e que são uma parte definida da biosfera, colectivamente constituem a biosfera.

A sustentabilidade ambiental é o processo de tornar seguros processos correntes de interacção com o ambiente, mantendo o ambiente tão imaculado como naturalmente possível.

Acontece uma “situação insustentável” quando o capital natural (a soma de todos os recursos naturais) é utilizado mais depressa do que é repostos. A sustentabilidade exige que a actividade humana utilize apenas os recursos da natureza a um ritmo que permita a sua reposição natural. O conceito de desenvolvimento sustentável está interligado com o conceito de capacidade de carga.

A WSSD reconheceu que as actividades humanas estão a ter cada vez mais impacto na integridade dos ecossistemas que fornecem recursos essenciais e serviços para o bem-estar humano e para actividades económicas. A este respeito, o JPOI afirma que gerir a base de recursos naturais de forma sustentável e integrada é essencial para o desenvolvimento sustentável. Nota que para inverter a tendência actual de degradação dos recursos naturais o mais depressa possível, é necessário implementar estratégias que incluiriam alvos adoptados a nível nacional e regional para proteger os ecossistemas e realizar a gestão integrada da terra, água e seres vivos. Ao fazê-lo, o Plano apela ao reforço das capacidades regionais, nacionais e locais.

7.3.2 Objectivos do Programa

O objectivo geral deste programa é assegurar que através da industrialização a África também garante a sustentabilidade ambiental. Os objectivos específicos são:

- Conservação e uso sustentável de recursos
- Minimizar a degradação do ambiente, custos ambientais e gestão de resíduos
- Papel do Desenvolvimento Industrial Sustentável na Diminuição das Alterações Climáticas.
- Cumprimento das Normas Ambientais Externas e Legislação.

7.3.3 Projectos Indicativos e Actividades

O mecanismo institucional para a elaboração e implementação de projectos está parcialmente criado mas exigirá maior coordenação a nível continental, regional e nacional. Durante algum tempo alguns parceiros como UA, NEPAD, Agências das NU e CERs têm incidido na sustentabilidade ambiental guiada por inúmeros protocolos e declarações de reuniões internacionais como Rio, WSSD, etc. O

desafio chave para os países africanos é continuar com os compromissos assumidos sobre a conservação e protecção do ambiente natural e dos ecossistemas.

Projecto 1: Conservação (Eficiência Ecológica) e Uso Sustentável de Recursos

O desenvolvimento ecologicamente sustentável é a componente ambiental do desenvolvimento sustentável. Pode ser conseguido parcialmente através do princípio de precaução, nomeadamente de que se houver ameaças de danos ambientais graves ou irreversíveis, a falta de total certeza científica não pode ser usada como razão para adiar medidas para prevenir a degradação ambiental.

As actividades principais neste projecto são:

- (a) Desenvolver políticas, estratégias, legislação e regulamentos com o objectivo de preservar o ambiente natural. Estes devem também dar orientação quanto à utilização sustentável de recursos.
- (b) Assegurar que os projectos industriais identificam, através de avaliações de impacto ambiental, os eventuais impactos negativos no ambiente natural e descrevam formas de tratar estes impactos em planos de gestão ambiental. Isto inclui medidas preventivas a serem tomadas para evitar efeitos prejudiciais no ambiente.
- (c) Criar instituições que possam monitorizar o cumprimento das leis ambientais e os princípios de utilização sustentável.
- (d) Assegurar que tecnologias limpas, reabilitação ambiental e renovação estão associadas à utilização dos recursos naturais de modo a garantir o equilíbrio do ecossistema.

Projecto 2: Minimizar a Degradação do Ambiente (Stress Ambiental) e Gestão de Resíduos

A degradação do ambiente é a deterioração do ambiente através do esgotamento de recursos como ar, água e solo; a destruição de ecossistemas e a extinção da vida selvagem.

A degradação do ambiente é uma das 10 ameaças oficialmente visadas pelo Painel de Alto Nível das Nações Unidas para as Ameaças. O Instituto Mundial de Recursos (WRI), UNEP, PNUD e Banco Mundial publicaram um importante relatório sobre saúde e ambiente em todo o mundo, a 1 de Maio de 1998.

A degradação ambiental é de muitos tipos. Quando os habitats naturais são destruídos ou os recursos naturais esgotados, o ambiente degrada-se. A degradação do ambiente e a gestão de resíduos estão associadas e exigem uma boa gestão para garantir um efeito mínimo na saúde humana e no ambiente.

As actividades principais neste projecto são:

1. Desenvolver capacidades técnicas e tecnológicas para lidar eficazmente com a gestão de resíduos e a prevenção da degradação do ambiente.
2. Instituir políticas e procedimentos que incidam na diminuição da degradação do ambiente através de avaliações do impacto contínuas e reabilitação imediata das áreas afectadas.
3. Onde houver danos ambientais aos bens comuns, o governo deve impor o princípio de pagamento pelo poluente.
4. Quando os projectos industriais estiverem associados a quantidades significativas de poluição atmosférica, o CDM pode ser utilizado para tratar das emissões de carbono.

5. Promover e, quando possível, incentivar o uso de tecnologias mais limpas na utilização de recursos.
6. Desenvolver e implementar um quadro legislativo e regulador para promover a prevenção, redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

Projecto 3: Cumprimento das Normas Ambientais Externas e Legislação

Uma maior consciência dos efeitos nocivos das substâncias empregues e produzidas nos processos de produção teve como resultado o desenvolvimento de critérios internacionais com respeito à preservação de normas da vida humana. Muitos países vão para além dos acordos mundiais e impõem maiores critérios ambientais, que terão impacto nas relações comerciais e em cidadãos de todo o mundo. Para a África o REACH da UE é um desses exemplos. REACH impede a importação da UE de substâncias nocivas encontradas em produtos químicos, incluindo minérios. A eliminação destas substâncias perigosas é uma oportunidade e uma ameaça para o desenvolvimento de África. A frequência dum sistema duplo de normas ambientais imporá novos desafios aos países em desenvolvimento.

As actividades principais deste projecto são:

1. Criar a capacidade para compreender as implicações e garantir o cumprimento das normas ambientais internacionais.
2. Procurar financiamento e recursos técnicos para apoiar as tecnologias mais recentes necessárias para cumprir as normas ambientais impostas externamente.

ANEXOS

QUADRO 1: PROGRAMAS E PROJECTOS POR CATEGORIA

CATEGORIA 1: Política industrial e direcção institucional

PROGRAMA 1.1: POLÍTICA INDUSTRIAL E QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO

1. Desenvolvimento de Política Industrial Específica do País e Orientações Estratégicas
2. Orientar de Novo os Quadros Reguladores Regionais dum Ambiente Regulador para Complementaridades Industriais

PROGRAMA 1.2: SISTEMAS INFORMÁTICOS E BASES DE DADOS PARA A GESTÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL

1. Reforço da Capacidade e Assistência Técnica para a Gestão da Política Industrial
2. Reforço da Capacidade e Assistência Técnica para a Recolha de Dados Industriais e Monitorização
3. Reforço de serviços de apoio institucional para desenvolvimento industrial (Pr 1, P3)

CATEGORIA 2: Melhorar a Produção e Capacidades Comerciais

PROGRAMA 2.1: MELHORAMENTO E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

1. Análise Diagnóstico dos Sectores Industriais Prioritários
2. Melhorar as Capacidades a Nível da Oferta e Aumentar a Competitividade
3. Estabelecer e Melhorar Instituições de Apoio Técnico

PROGRAMA 2.2: CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS

1. Desenvolvimento de Empresas e Incubadoras de Negócios

PROGRAMA 2.3: APOIAR QUALIDADE MELHORADA DO PRODUTO (FABRICO)

1. Assistência Técnica para Cumprir as Normas Internacionais e os Requisitos de Regulação Técnica
2. Quadro Regional para Coordenar Actividades de Qualidade

CATEGORIA 3: Promover Infra-estrutura e Desenvolvimento de Energia para o Desenvolvimento Industrial

PROGRAMA 3.1: INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE ÁFRICA

1. Responder às prioridades em matéria de infra-estrutura da UA.

PROGRAMA 3.2: ENERGIA RENOVÁVEL PARA MELHORAR O ACESSO A APLICAÇÕES INDUSTRIAIS

1. Desenvolvimento de políticas favoráveis, quadros reguladores e identificação de fontes de energia renovável.
2. Financiamento inovador e reforço de capacidades para aumentar projectos de energia renovável

PROGRAMA 3.3: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS DE ÁFRICA

1. Desenvolvimento de Indústria de Biocombustíveis Sustentável em África

PROGRAMA 3.4: PROGRAMA PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

1. Eliminação de Barreiras visando a Promoção da Eficiência da Energia Industrial em África

CATEGORIA 4: Desenvolvimento de Competências para o Desenvolvimento Industrial

PROGRAMA 4.1: REMEDIAR A FALTA DE COMPETÊNCIAS

1. Análise Diagnóstico da Falta de Competências Relativas à Indústria
2. Restaurar/ Estabelecer Instituições para o Desenvolvimento da Indústria e de Competências
3. Desenvolvimento de Competências Orientadas para a Indústria
4. Valorizar as Competências Informais dos Trabalhadores

PROGRAMA 4.2: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA INICIATIVAS EM TERMOS DE INFRA-ESTRUTURAS E BENEFICIAÇÃO

1. Desenvolver Estratégias de Transferência e Retenção de Competências
2. Estabelecer ou Reforçar Centros de Formação Regional Especializados

CATEGORIA 5: Sistemas de Inovação Industrial, R&D e Desenvolvimento de Tecnologia

PROGRAMA 5.1: REFORÇO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL EM ÁFRICA

1. Estabelecimento de Cadeiras Universitárias de Inovação em Universidades Africanas
2. Estabelecer Centros Regionais de Transferência e Difusão de Tecnologia
3. Estabelecer Centros Regionais para Previsão Tecnológica
4. Criar Incubadoras Tecnológicas
5. Incentivar a Cooperação Sul-Sul a Utilizar a Biodiversidade e Comercializar as Conclusões Existentes das Pesquisas

PROGRAMA 5.2: POLÍTICAS DE RESPOSTA À INOVAÇÃO INDUSTRIAL

1. Implementar a Iniciativa Tecnologia e Inovação Africana

2. Sistemas de Incentivo Fiscal e Não Fiscal para P&D Adaptativa e Vias não P&D para a Inovação a Nível da Empresa
3. Facilitar as Repercussões do IDE na Capacidade Inovadora Interna

CATEGORIA 6: Financiamento e Mobilização de Recursos

PROGRAMA 6.1: MOBILIZAÇÃO INTERNA E ATRIBUIÇÃO DE RECURSOS

1. Avaliar o Crédito e Recursos Financeiros Privados
2. Facilitar o Reforço de Mercados de Capitais Regionais e Nacionais
3. Revigorar Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs e Instituições Regionais)
4. Estabelecimento de Fundos Nacionais de Riqueza Soberana para Industrialização

PROGRAMA 6.2: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CONTINENTAL E FUNDO DE INVESTIMENTO REGIONAL

1. Consolidação do Fundo de Desenvolvimento Industrial da UA
2. Estabelecimento de Fundos de Investimento Regional
3. Desenvolvimento de Carteiras de Projectos de Investimento Financiáveis

PROGRAMA 6.3: MECANISMO DE PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO, MONITORIZAÇÃO E SUB-CONTRATAÇÃO

1. Atrair Investimento Directo Externo
2. Desenvolver Capacidade Interna de Monitorizar e Facilitar o Investimento Externo em Subsectores Prioritários da Indústria
3. Estabelecer Rede de Referência de Fornecedores Nacionais e Intercâmbio de Parcerias (SPXs)

PROGRAMA 6.4: UTILIZAR AS REMESSAS AFRICANAS NA INDUSTRIALIZAÇÃO

1. Melhor Ambiente de Negócios e Políticas para Atrair Recursos da Diáspora
2. Fundo de Investimento da Diáspora para a Indústria
3. Redes de Investidores para Facilitar Investimentos da Diáspora e Comunicação

CATEGORIA 7: Desenvolvimento Sustentável

PROGRAMA 7.1: PRESERVAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA GOVERNAÇÃO E NOS QUADROS INSTITUCIONAIS NA EXTRACÇÃO DE MINERAIS E RECURSOS AGRICOLAS

1. Integração do Desenvolvimento Sustentável em Quadros Amplos de Governação
2. Rede Regional para a Realização duma Agenda CSR Contextualizada

PROGRAMA 7.2: DESENVOLVER UM AMBIENTE INDUSTRIAL MAIS LIMPO E EFICIENTE EM RECURSOS

1. Estabelecimento ou Reforço duma Rede Pan-Africana de Fornecedores de Serviços Nacionais de Produção Mais Limpa
2. Iniciativas Temáticas e Sectoriais
3. Políticas e Finanças para consolidação da CREP

PROGRAMA 7.3: ABORDAR A DIMENSÃO AMBIENTAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Conservação (Eficiência Ecológica) e Uso Sustentável de Recursos
2. Minimizar a Degradação do Ambiente (Stress Ambiental) e Gestão de Resíduos
3. Cumprimento das Normas Ambientais Externas e Legislação